



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2025

ID CIDADES: 2025.003E0700001.01.0028

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº.: 4.501/2025; 4.617/2025 e 4.882/2025

UNIDADES ADMINISTRATIVAS SOLICITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Objeto

Registro de preços para aquisição de veículos tipo passeio e tipo pick up (0 Km).

Valor Total Estimado

R\$ 473.597,93 (quatrocentos e setenta e três mil e quinhentos e noventa e sete reais e noventa e tr~es centavos).

Registro de Preços	Vistoria/ Amostra	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
NÃO	NÃO	SIM	POR TEM

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado **Critério de julgamento:** Menor preço

Prazo para envio da proposta via sistema: Até às 07:59 do dia 29/12/2025.

Sessão pública de disputa: 29/12/2025 às 08h:00min no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

Lic. Exclusiva ME/EPP	Exige Amostra / demonstração	Critério de Sustentabilidade
NÃO	NÃO – conforme o caso (item 7.5 deste Edital)	NÃO

Garantia Contratual: NÃO

Prazo para envio da proposta/documentação

Obs: A proposta assinada, bem como todos os documentos de habilitação poderão ser enviados exclusivamente pelo sistema até o prazo estabelecido para envio das propostas através do sistema ou obrigatoriamente (exclusivamente através do sistema), dentro do prazo determinado pelo Pregoeiro, ou seja, 02 (duas) horas, após a devida concocação. (inclusive documentos complementares)

Pedidos de Esclarecimentos e impugnações

Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da PMAB-ES pelo endereço www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital e outros anexos estão disponíveis para download em www.portaldecompraspublicas.com.br e www.aguiabranca.es.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREÂMBULO

O Município de Águia Branca, Estado do Espírito Santo, torna público, para ciência dos interessados que, no horário estabelecido neste Edital, na sala de Licitações, localizada na Rua Vicente Pissinatti, 71 Centro, CEP 29.795-000, Águia Branca - ES, por meio do sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, regida pelas disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e demais legislações aplicadas à matéria, naquilo que não contrarie este edital.

Ato de nomeação do Agente de contratação/Pregoeiro membros da equipe de apoio: Portaria nº 23.440/2025, de 21 de fevereiro de 2025.

Referência de tempo: Todas as referências de tempo serão regidas pelo horário oficial de Brasília/DF.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO E TIPO PICK UP (0 KM)**, conforme especificações descritas no Termo de referência.

1.1.1 Serão considerados veículos novos (0 km), para todos os efeitos deste Edital, aqueles que ainda não foram efetivamente rodados de fato, mantendo-se todas as características físicas de zero quilômetro (considerando o ano/modelo do Termo de Referência), devendo ser entregues emplacados em nome da Prefeitura Municipal de Águia Branca - ES, com as despesas de emplacamento e regularização por conta da licitante vencedora, conforme estabelecido no Termo de Referência.

OBSERVAÇÃO: Em caso de eventual diferença entre a(s) especificação(ões) do objeto descritas no "Sistema de Compras www.portaldecompraspublicas.com.br/" e as especificações constantes neste edital de pregão eletrônico, prevalecerão as últimas especificações.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste pregão eletrônico somente os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos e ainda que:

2.1.1 atendam às condições deste edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, para acesso ao sistema eletrônico;

2.1.2 que possuam e apresentem a documentação na forma estabelecida no edital;

2.1.3 tenham o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e de que sua proposta está emconformidade com as exigências do instrumento convocatório.

2.1.4 Não possuem em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

2.2 - Para a participação de CONSÓRCIOS deverão ser atendidas as condições previstas no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1 Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

2.2.2 A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

2.2.3 No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilidade de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

valores de cada consorciado;

2.2.4 As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;

b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;

c) Discriminar a empresa líder;

d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;

e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

2.2.5 A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

2.2.6 Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.2.7 Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

2.2.8 O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.

2.2.9 No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.

2.2.10 No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

2.2.11 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, fica sujeito à desclassificação no certame e às penalidades cabíveis.

2.2.12 O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados pelas empresas licitantes acerca das condições de participação.

2.2.13 As diligências promovidas pelo Agente da Contratação/Pregoeiro poderão envolver a solicitação de outros documentos e informações para a tomada de decisão.

2.2.13 A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar a contratação nos termos propostos.

2.2.14 Todos os avisos relativos aos atos praticados durante o procedimento licitatório serão efetuados pelo Agente da Contratação/Pregoeiro aos licitantes por meio do campo de mensagens do Sistema de Compras www.portaldecompraspublicas.com.br, ficando sob inteira responsabilidade do licitante acompanhar o trâmite do certame.

2.3 Não poderão participar deste pregão

2.3.1 Estarão impedidos de participar de quaisquer fases do certame interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

2.3.1.1 estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública municipal,

Rua Vicente Pissinatti, 71 - Centro, Águia Branca - ES - CEP 29795-000 - CNPJ 31.796.584/0001-87 - Telefax: 0xx27 3745-1357

Pregão Eletrônico 018/2025

Página 3 / 56



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

direta e indireta, em face da hipótese prevista no inciso III do Art. 156, da Lei nº 14.133/2021; 2.3.1.2 sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo, em face da hipótese prevista no inciso IV do Art. 156, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.1.3 estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

2.3.1.3.1 As empresas que estiverem em processo de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial deverão apresentar como condicionante de sua habilitação, sentença homologatória do plano de recuperação judicial e/ou Certificação judicial de que está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração pública.

2.3.1.4 estejam enquadradas no disposto do Art. 14, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.1.5 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.1.6 que não se qualifiquem como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, NO CASO DE LICITAÇÕES OU LOTES EXCLUSIVOS fundamentados no art. 48, incisos I e III da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações;

2.3.1.7 que, embora qualificadas como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações.

2.3.1.8 2.4 A sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este edital na data, no horário e no endereço eletrônico indicado acima. A PMAB-ES não se responsabilizará por eventual desconexão dos **LICITANTES** ao referido SISTEMA.

2.5 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta Licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente (inclusive o horário), independentemente de nova comunicação.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 A licitante deverá credenciar-se no sistema **Pregão Eletrônico**, no sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, observado o seguinte:

a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do Sistema, para imediato bloqueio de acesso;

c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do Sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3 A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.4 O licitante credenciado deve comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA

4.1 Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta eletrônica até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 Deverão ser observados os requisitos no item 5.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 no item exclusivo, quando for o caso, para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, microempreendedor individual e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta eletrônica até a data e horário previstos para envio das propostas.

4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 Veda-se valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.12 Quando do cadastro da proposta eletrônica de preços a licitante deverá consignar o valor unitário e o valor total por item, sendo considerado para efeito da fase de lances o valor unitário.

4.13 Da indicação da marca ou modelo de referência, conforme o caso

4.13.1 Da justificativa: a(s) marcas/modelos apontada(s) em alguns itens da tabela de especificações **não são as únicas capazes de atender as necessidades do CONTRATANTE**. Elas servem apenas de referencial cuja finalidade é dar clareza para as características e padrões mínimos de qualidade, portanto, serão admitidos produtos de marcas/modelos diversos, desde que similares, equivalentes ou de melhor qualidade.

4.13.2 Da prova de qualidade: na forma do art. 42 da Lei nº 14.133/2021, a prova de qualidade do(s) produto(s) apresentado(s) pelo(s) proponente(s) como similar ao das marcas indicadas será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

- a) comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo INMETRO ou equivalente;
- b) declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;
- c) certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

5. DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 valor unitário e total do item, **com no máximo 02(duas) casas decimais**;

5.1.2 marca;

5.1.3 fabricante e/ou modelo, se for o caso, para melhor interpretação acerca da marca;

5.1.4 descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.1.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.1.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.1.8 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.1.9 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando for o caso.

5.1.10 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5.1.11 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais em quantidade e qualidade adequada à perfeita execuçãocontratual, promovendo, quando requerido, sua imediata substituição.

5.1.12 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1.13 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas,quando participarem de licitações.

5.1.14 O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal;

5.1.15 A licitante deve informar na proposta de preços o prazo de garantia dos equipamentos não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal. A garantia dos equipamentos será de responsabilidade exclusiva da licitante e não do fabricante dos mesmos, ou seja, caso haja a necessidade de manutenção contra defeitos de fabricação, a PMAB acionará a empresa licitante/fornecedor para as correções necessárias, no prazo estabelecido.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, nadata, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

6.3 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real portodos os participantes.

6.3.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeitona fase de aceitação.

6.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase delances.

6.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistemaeletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regrasestabelecidas no Edital.

6.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10 O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto emrelação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo), podendo ser alterado durante a sessão, com a finalidade exclusiva de agilidade do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de dez segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexistente.

6.12 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.13 Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa "**aberto e fechado**", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.14 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

6.15 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

6.16 Encerrado o prazo que trata o item 6.15, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **até dez minutos**, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.17 Encerrado o prazo de que trata o item 6.16, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até cinco minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.18 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 6.17, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em **até cinco minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.19 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.17 e 6.18, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.20 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 6.17 e 6.18, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 6.19.

6.21 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliada pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no 6.20.

6.22 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.23 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.24 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.25 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte ou equivalentes e, **se for o caso**, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6.25.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.25.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.25.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte ou equivalentes que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.25.5 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.25.5.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.25.5.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos em Lei;

6.25.5.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o Decreto Federal nº 11.430/2024;

6.25.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.25.5.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.25.5.5.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.25.5.5.2 empresas brasileiras;

6.25.5.5.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.5.5.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7. JULGAMENTO, NEGOCIAÇÃO E PROPOSTAS AJUSTADA

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, momento em que verificará a conformidade com as exigências deste edital e anexos, o cumprimento das especificações do objeto, bem como a exequibilidade do valor proposto.

7.2 Será desclassificada a proposta vencedora que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a) contiver vícios insanáveis;
- b) não atender às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.5 **PODERÁ** ser exigida a apresentação de amostra, quando for o caso, dos produtos do licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6 Por meio de mensagem no sistema, quando for o caso, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou bens que serão utilizados na execução do objeto desta licitação, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.8 No caso de não haver entrega ou disponibilização da amostra ou ocorrer atraso na entrega/disponibilização, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra/disponibilização fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.9 Se a(s) amostra(s)/disponibilização apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s)/disponibilizaçõe, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.10 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.11 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.13 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, para envio da **proposta** adequada ao último lance, acompanhada, e se for o caso, de documentos complementares, na forma da legislação vigente.

7.13.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou de ofício.

7.14 Após a negociação do preço, o Pregoeiro solicitará o envio da proposta readequada ao último lance ofertado.

7.15 A proposta deverá conter a identificação correta do proponente, como razão social, nome de fantasia, CNPJ, endereço, telefones, representante legal, dados bancários e endereço eletrônico (e-mail).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos de habilitação elencados abaixo serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente da Contratação/Pregoeiro.

8.2 Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

8.4 O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá solicitar a qualquer momento, em caráter de diligência, que os documentos de habilitação remetidos sejam apresentados em original ou por cópia autenticada. Para tanto, os documentos deverão ser encaminhados ao setor licitações da Prefeitura Municipal de Águia Branca – ES, situada na Rua Vicente Pissinatti, 71 – Centro Águia Branca - ES, CEP: 29.795-000, no prazo estabelecido pelo Agente da Contratação/Pregoeiro.

8.5 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o Agente da Contratação/Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas no item 2.3 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.6 Na avaliação descrita acima serão consultados os seguintes cadastros:

8.6.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br/>;

8.6.2 Lista de empresas inidôneas e proibidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Águia Branca – ES – www.aguiabranca.es.gov.br/transparencia;

8.6.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7 Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Agente da Contratação/Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.8 Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados nos termos do presente edital e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

8.9 A verificação pela PMAB-ES nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

8.10 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade;

8.11 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

8.12 Na hipótese da proposta arrematante não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias ou se recusar a assinar o contrato, o Agente da Contratação/Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.13 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.13.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.13.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.13.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.13.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.13.7 OS DOCUMENTOS APRESENTADOS DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

8.14 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.14.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.2 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14.3 Prova de Regularidade referente aos Tributos Federais;

8.14.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado onde for sediada a empresa;

8.14.5 Prova de Regularidade com a Fazenda Pública do Município onde for sediada a empresa, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

8.14.6 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.14.7 Prova de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

- Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para fins de habilitação deverão conter o nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

- Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

- Se o licitante for matriz e a responsável pela execução da contratação for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

- Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

- Figuram como exceções as certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa matriz quanto as filiais (INSS e PGFN/RFB).

- O Agente da Contratação/Pregoeiro e a equipe de apoio durante a análise dos documentos de habilitação procederão à validação das certidões negativas/positivas apresentadas nos sites dos órgãos oficiais (RECEITA FEDERAL, PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, PREVIDÊNCIA SOCIAL, SECRETARIAS DA FAZENDA E TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO).

- Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.15 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.15.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento dos materiais compatíveis com o objeto desta licitação, sem quaisquer restrições.

8.15.1.1 O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

8.15.1.2 O Município de Águia Branca - ES poderá promover diligências e exigir documentos para averiguar a veracidade das informações constantes na documentação apresentada, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.15.2 **Comprovação de rede de assistência técnica** - Documento emitido pela montadora ou pela própria empresa informando a existência de **rede de assistência técnica autorizada** em território nacional (preferencialmente dentro do estado/município, quando aplicável).

8.15.3 **Catálogo ou ficha técnica oficial** - Catálogo, folder ou ficha técnica oficial do fabricante comprovando as **especificações do veículo** ofertado, em português.

8.15.4 **Declaração de garantia** - Documento que assegure que o veículo será entregue com **garantia mínima de 1 ano** de fábrica.

8.16 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.16.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da Licitante ou por meio digital, emitida em **até 60 (sessenta)** dias anteriores à data de abertura da presente Licitação;

8.16.1.1 Havendo algum prazo de validade estabelecido por cartório na certidão citada no subitem 10.6.1, será considerado o prazo constante da certidão para comprovação da sua validade.

8.16.1.2 Para aferição do prazo estabelecido no subitem 10.6.1, o mesmo será contado a partir do primeiro dia que antecede a data da realização desta licitação.

8.16.1.3 As empresas que estiverem em processo de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial deverão apresentar como condicionante de sua habilitação, sentença homologatória do plano de recuperação judicial e/ou Certificação judicial de que está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração pública.

8.16.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Legislação vigente.

8.16.2.1 Os documentos referidos no item 10.14.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.16.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.14.2.2 Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos seguintes índices econômicos: a) Liquidez Geral (LG); Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.14.2.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou dos itens pertinentes (itens cotados pela licitante).

8.16 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTO

8.16.1 O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

8.16.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

8.16.2.1 O prazo acima poderá, a critério da PMAB-ES, ser prorrogado por igual período;

8.17.3 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação com probatória de regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à PMAB-ES, convocar os licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.17 COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTO (OBRIGATÓRIO PARA LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA ME/EPP OU COM LOTES EXCLUSIVOS EM QUE AS EMPRESAS APRESENTARÃO PROPOSTAS E OBRIGATÓRIO NOS CASOS EM QUE AS EMPRESAS DESEJAREM USUFRUIR DESTA PRERROGATIVA LEGAL)

8.17.1 Declaração firmada por seu representante legal de que a empresa está enquadrada como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), conforme Modelo - **ANEXO IV** (itens 12 e 13 da declaração unificada), bem como também apresentar no mesmo momento a **CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL** (exigência somente para ME e EPP) (expedida no máximo a 90 (noventa) dias da data prevista para abertura da presente licitação), seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la. A Certidão deverá ser apresentada com data de expedição máxima de 90 (noventa) dias, da data prevista para abertura do presente certame.

8.17.1.1 Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

8.17.1.2 O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

8.19 – DECLARAÇÃO UNIFICADA

8.19.1 – Apresentação de Declaração Unificada conforme modelo (ANEXO IV)

8.20 – ENTREGA DAS AMOSTRAS

8.20.21 – Não há obrigatoriedade para apresentação de amostras para este certame, ressalvados os casos estabelecidos no item 7.5 deste Edital.

9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou

Rua Vicente Pissinatti, 71 - Centro, Águia Branca - ES - CEP 29795-000 - CNPJ 31.796.584/0001-87 - Telefax: 0xx27 3745-1357

Pregão Eletrônico 018/2025

Página 14 / 56



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

inabilitação do licitante:

- 9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 9.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha a decisão final da autoridade competente.
- 9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados podendo os arquivos serem solicitados por meio do e-mail do Setor de Licitações: licitacao@prefeituradeaguabranca.es.gov.br; telefone de contato (27)3745-1357.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- 10.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os quedele dependam.
- 10.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 10.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 10.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 10.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento na proposta de preços ou nos documentos de habilitação da licitante convocada, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, ea ocorrência será registrada em Ata.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Rua Vicente Pissinatti, 71 - Centro, Águia Branca - ES - CEP 29795-000 - CNPJ 31.796.584/0001-87 - Telefax: 0xx27 3745-1357

Pregão Eletrônico 018/2025
Página 15 / 56



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.1 Nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 155, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, Lei nº 14.133/2021, art. 156:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.1 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.4 A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no 14.133/2021.

11.5 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.6 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3(três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.7 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de autoridade máxima da entidade.

11.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa;

11.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou será cobrada judicialmente.

11.10 A aplicação das sanções previstas no caput do artigo 156 não exclui, em hipótese alguma, obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.11 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.12 A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.13 Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

11.14 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.15 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.16 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.17 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.18 As penalidades serão anotadas em registro cadastral.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

12.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por forma eletrônica, em www.portaldecompraspublicas.com.br

12.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/VIGÊNCIA

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para promover a adjudicação do objeto e homologar a licitação.

13.2 A(s) proposta(s) vencedora(s) estará(ão) disponível(is) a todos os interessados após a homologação do pregão.

13.3 Após a homologação, o(s) adjudicatário(s) será(ão) será(ão) convocado(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

13.4 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições estabelecidas na legislação vigente.

13.5 A ata de registro de preços implicará compromisso de entrega dos produtos/prestação dos serviços nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

13.6 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

13.7 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços ao respectivo valor registrado, na seguinte hipótese:

13.8 Inexecução da respectiva Ata de Registro de preços / contrato pelo primeiro classificado por qualquer motivo e consequente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13.9 Os adjudicatários convocados terão o mesmo prazo estabelecido no subitem 11.3 para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo estimado para o item e o período remanescente da Ata anterior.

13.10 A detentora da Ata não se eximirá das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

13.11 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a entregar os produtos / prestar os serviços, nas quantidades indicadas pela Secretaria Municipal de Administração.

13.12 A Prefeitura Municipal de Águia Branca - ES não está obrigada a solicitar uma quantidade mínima dos produtos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento para solicitação dos mesmos.

13.13 Os quantitativos totais expressos no Termo de Referência – e no modelo de proposta são estimados e representam as previsões do Município de Águia Branca - ES para a aquisição/prestação dos serviços durante o prazo de 12 (doze) meses.

13.14 A existência do preço registrado não obriga o Município de Águia Branca - ES a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

13.15 Os produtos / serviços que não corresponderem às especificações da Ata de Registro de Preços, deverão ser sanados e reparados pela empresa detentora da Ata, sem custos adicionais para a Administração Municipal.

13.16 Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

13.17 A Ata de registro de preços terá validade de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

14 DA ASSINATURA DO CONTRATO/VIGÊNCIA OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

14. 1 – A Secretaria Municipal de Administração convocará a empresa detentora da Ata de registro de Preços para assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma da Lei, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido para a Administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 Referida Nota/Autorização de fornecimento está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida às disposições da 14.133/2021;

14.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração na mesma Lei;

14.3.4 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir de sua publicação na imprensa oficial,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

conforme estabelece o Art. 105 da Lei 14.133/2021, permitida a sua prorrogação na forma da mesma Lei, sendo as entregas parceladas mediante recebimento da respectiva Ordem de fornecimento;

14.3.5 Para a assinatura do contrato ou recebimento de documento equivalente, a empresa deverá manter todas condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

14.3.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação e assinar o contrato.

14.3.7 O Contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei 14.133/2021, desde que haja interesse da Prefeitura Municipal de Águia Branca – ES, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este Pregão.

14.3.8 No interesse da Prefeitura Municipal de Águia Branca – ES, o valor inicial atualizado do Contrato poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 125, da Lei Federal 14.133/2021.

14.4 - Constituem motivos para a rescisão as situações referidas situações referidas na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

15 - DAS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO DO OBJETO

15.1 Após as devidas assinaturas e publicações das Atas de Registro de Preços e de acordo com a real necessidade da Administração municipal, serão firmados os Termos de Contratos ou emitidos instrumentos equivalentes, na forma do item anterior.

15.1.1 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente e, de acordo com a real necessidade da Administração Municipal, serão encaminhadas as Autorizações de Fornecimento à(s) licitante(s) detentoras das Atas de Registro de Preços que deverão, **no prazo de até 10 (dez) dias** a partir do recebimento da mesma, efetuar as entregas dos produtos no Setor de Almoxarifado da Prefeitura Municipal de Águia Branca - ES, sito à Rua Jorge Elias Hitte, nº 185, centro, Águia Branca - ES.

15.1.2 A entrega, a carga e a descarga dos produtos, são de responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s), assim como acondicionar e transportar os produtos de forma correta, garantindo a conservação dos mesmos.

15.1.3 A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

15.1.4 A Comissão de Recebimento receberá provisoriamente, com base na legislação vigente.

15.1.5 O objeto deste Edital será considerado entregue mediante ateste da Comissão de Recebimento designada pela Administração Municipal, quanto à fiel observância das especificações do Edital e seus Anexos.

15.1.6 Havendo rejeição dos produtos, na hipótese de estarem em desacordo com as especificações em que foram licitados, o licitante vencedor deverá retirá-los, de onde estiverem armazenados, no prazo de **quarenta e oito horas** da comunicação para assim proceder, sob pena de multa moratória correspondente a 0,5% sobre o preço dos bens rejeitados, por dia de armazenamento excedente, facultado ao Município devolver os bens ao local de origem mediante remessa com frete a pagar, para cuja providência desde já expressamente autorizada.

15.1.7 A contratada deverá substituir ou regularizar, no prazo de **quarenta e oito horas** e sem ônus para a municipalidade os produtos devolvidos em razão de divergências entre o produto entregue e as especificações solicitadas

15.1.8 A empresa vencedora deverá responsabilizar-se por todo ônus relativos ao fornecimento dos produtos, inclusive frete, seguro, serviços de montagem, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

16 DOS PAGAMENTOS

- 16.1 Os pagamentos serão efetuados em até **trinta dias** contados da data da efetiva entrega, devidamente comprovada pelo aceite da Nota Fiscal pelo responsável do recebimento do objeto no Município.
- 16.2 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
- 16.3 O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
- 16.4 A contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência, conta corrente) para depósitos/transferências referentes aos pagamentos.
- 16.5 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços e/ou correção monetária.
- 16.6 As Notas Fiscais deverão ser emitidas de acordo com os dados constantes no cabeçalho da Autorização de Fornecimento.

17 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1 As despesas decorrentes da execução do objeto deste edital correrão à conta das dotações orçamentárias existentes à época da contratação ou emissão de documento equivalente.

18 DO REEQUILÍBrio ECONÔMICO-FINANCEIRO / REAJUSTES

- 18.1 Poderá ocorrer o reequilíbrio econômico-financeiro / reajustes, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio nos preços finais à época do julgamento desta licitação ou reajustes legais após o prazo de 12 meses dos orçamentos que serviram de base para esta licitação
- 18.1.1 O Reequilíbrio econômico-financeiro e/ou reajuste de contrato somente serão admitidos de acordo com a Legislação vigente e ainda de acordo com orientações dos órgãos de controle (Tribunal de contas do Estado do Espírito Santo / Tribunal de contas da União, etc.).
- 18.2 Todos os procedimentos e orientações sobre os pagamentos constam no Termo de Referência e Minuta do Contrato, anexos ao presente Edital.

19 DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 19.1 Ao participar de processo licitatório promovido por este Município, o licitante - titular dos dados registra a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 19.2 O licitante - titular dos dados – está ciente de o **CONTRATANTE** - controlador dos dados – sempre que possível, tomar decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realizar o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 19.3 O **CONTRATANTE** - controlador - fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para finalidade específica, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 19.4 Caberá à **CONTRATADA** e ao **CONTRATANTE** proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

19.5 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei nº 13.709/2018 o qual se submete o objeto deste Edital, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, respeitadas as regras previstas pelos arts. 23 a 30 da Lei nº 13.709/2018.

19.6 O tratamento seja limitado às atividades necessárias para atingir as finalidades de execução do objeto contratado.

19.7 Os sistemas, que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, deverão seguir as políticas de segurança e acesso determinado pela Política de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade da **PMAB-ES**.

19.8 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo **CONTRATANTE** e eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes, seja em formato digital ou físico, salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

19.9 O **CONTRATANTE** poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que eles forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste edital.

19.10 Dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido.

19.11 O Titular poderá solicitar ao **CONTRATANTE**, a qualquer momento, que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, desde que não autorizada a conservação para finalidades previstas em lei.

19.12 O Titular tem direito a obter do **CONTRATANTE** a relação dos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição, conforme art. 18, capítulo III, LGPD.

19.13 O **CONTRATANTE** responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

19.14. Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/2018, o Controlador comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

20. ORIENTAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1 **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** obrigam-se a cumprir todas as obrigações previstas neste Edital e seus anexos, inclusive as que estão estabelecidas na Minuta de contrato e Termo de Referência – anexos ao presente Edital.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 É facultado ao Agente da Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, efetuar diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada aos licitantes a juntada posterior de informações ou documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de análise da proposta de preço e habilitação, ressalvados os casos estabelecidos na Legislação vigente e/ou manifestações legais dos órgãos de Controle municipais, estaduais ou federais.

21.2 É facultado ao Agente da Contratação/Pregoeiro, em qualquer fase do procedimento, solicitar informações complementares aos licitantes.

21.3 É facultado ao Agente da Contratação/Pregoeiro solicitar a contribuição de servidores da PMAB-ES para subsidiar a análise técnica de qualquer objeto licitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

21.4 Cabe ao Agente da Contratação/Pregoeiro solucionar os casos omissos do edital com base no ordenamento jurídico vigente e nos princípios de Direito Público.

21.5 O licitante, que motivadamente, queira retirar ou desistir da proposta ou lance postado para qualquer item, **somente poderá fazê-lo antes do encerramento do item pelo sistema**. O cancelamento ou desistência posterior implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

21.6 Mais informações serão prestadas aos interessados **no horário das 07h30min às 11h e de 12h30min às 15h00min, de segunda a quinta-feira e de 07h:00min às 12h:00min às sextas-feiras**, na Sede da Prefeitura Municipal Águia Branca – ES – Setor de Licitações, Rua Vicente Pissinatti, 71, Centro, na cidade de Águia Branca - ES, pelo telefone (27) 3745-1357, pelo endereço eletrônico: licitacao@aguabranca.es.gov.br ou através dos sítios eletrônicos www.aguabranca.es.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.7 O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do licitante vencedor para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

21.8 A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, mediante despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizações, na forma da Legislação vigente, observando-se sempre o contraditório e a ampla defesa.

21.9 Para agilidade dos trâmites, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de telefone atualizados.

21.10 As impugnações, recursos, resultados e demais atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

21.11 Serão devidamente publicados e divulgados todos os atos pertinentes a esta licitação, que sejam passíveis de divulgação tais como: comunicações, consultas e respostas aos interessados e nomes dos vencedores da licitação. Publicar-se-á nos sítios eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e www.guabranca.es.gov.br todos os atos, bem como a homologação da presente licitação.

21.12 A Administração municipal e as licitantes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

21.13 O licitante é responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Pregão, cabendo responsabilização na esfera civil, penal e administrativa pela prática de atos fraudulentos.

22. DOS ANEXOS

22.1 Fazem parte deste Edital de Licitação, os seguintes anexos:

I - TERMO DE REFERÊNCIA;

II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

III - PROPOSTA COMERCIAL - MODELO;

IV - DECLARAÇÃO UNIFICADA - MODELO;

VI - MINUTA DE CONTRATO.

Águia Branca – ES, 09 de dezembro de 2025.

JULIANA DELEVEDOVE BERGAMI
Secretária Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. Justificativa

A presente contratação tem por objetivo a aquisição de **um veículo 0 km**, no valor estimado de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinado à **Associação Pestalozzi**, por meio de recursos financeiros oriundos da **emenda parlamentar cadastrada no SIGTV sob o nº 320013620230001-GND4**.

A Associação Pestalozzi é uma entidade de reconhecida relevância social, que atua no atendimento especializado de pessoas com deficiência, bem como no desenvolvimento de atividades de apoio educacional, terapêutico, psicossocial e de inclusão social. Suas ações abrangem desde o acompanhamento pedagógico até programas de inserção comunitária, contribuindo de forma efetiva para a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários e para a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência.

Considerando a natureza dos serviços ofertados pela instituição, a disponibilidade de transporte adequado e seguro é um fator essencial para a plena execução das atividades. Atualmente, a Associação enfrenta dificuldades logísticas em função da insuficiência e da obsolescência de sua frota de veículos, situação que impacta diretamente no atendimento diário de seus usuários.

A aquisição de um veículo 0 km permitirá:

- **Segurança e acessibilidade** no deslocamento dos beneficiários, muitos deles em condição de mobilidade reduzida;
- **Apoio às atividades externas** da equipe multiprofissional, como atendimentos especializados, encaminhamentos médicos, terapias e visitas domiciliares;
- **Melhoria da logística operacional** em ações comunitárias, eventos educativos, culturais e sociais realizados pela instituição;
- **Redução de custos com manutenção e reparos**, uma vez que veículos usados ou antigos apresentam maiores índices de falhas e despesas recorrentes;
- **Confiabilidade e durabilidade** garantidas por meio da aquisição de um veículo novo, com cobertura de fábrica e menor risco de interrupção das atividades.

Do ponto de vista administrativo, a aquisição justifica-se também pela necessidade de assegurar o **cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos**, conforme previsto no caput do **art. 37 da Constituição Federal**. O investimento atende, ainda, ao interesse público e ao disposto no **Decreto nº 10.540/2020**, que estabelece diretrizes para a boa gestão de recursos públicos, garantindo que a destinação da emenda parlamentar seja aplicada em benefício direto da coletividade.

Dessa forma, a aquisição de um veículo 0 km para a Associação Pestalozzi configura-se como medida necessária, oportuna e estratégica, voltada ao fortalecimento da rede de atendimento socioassistencial e educacional do município, assegurando condições adequadas para a efetivação de direitos e a promoção da inclusão social.

2. Do Objeto

Observação: exige-se que os itens acima estejam previstos no equipamento original de fábrica ou que sejam instalados em concessionária autorizada, com apresentação de nota fiscal e garantia do serviço, quando for o caso.

ITEM	DESCRÍÇÃO	QUANTIDADE
01	<p>Tipo: Automóvel de passeio, 0 km, ano de fabricação e modelo mínimo 2026/2026, primeiro emplacamento.</p> <p>Configuração mínima exigida:</p> <ul style="list-style-type: none">• Carroceria: Sedan, 4 portas, 5 lugares, pintura sólida ou metálica, cor a definir no momento da contratação.• Motorização: Motor a combustão, 4 cilindros em linha, flex (etanol/gasolina), injeção eletrônica multiponto, potência mínima de 167 cv no etanol e 169 cv na gasolina, torque mínimo de 21,4 kgfm, aspirado, com tecnologia de comando variável de válvulas.• Câmbio: Transmissão automática continuamente variável (CVT) com modo sequencial, mínimo de 10 marchas virtuais.• Direção: Elétrica progressiva.• Suspensão: Dianteira independente tipo McPherson; traseira independente tipo multibraço.• Freios: A disco nas quatro rodas, com sistema antiblocante (ABS), distribuição eletrônica de frenagem (EBD) e assistência	01



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- de frenagem (BAS).
- **Pneus/Rodas:** Pneus de medidas mínimas 225/45 R17, com rodas de liga leve aro 17".
 - **Dimensões aproximadas:** Comprimento mínimo de 4.630 mm; largura mínima de 1.780 mm; altura mínima de 1.455 mm; distância entre eixos mínima de 2.700 mm; capacidade do porta-malas mínima de 470 litros.
 - **Capacidade de combustível:** Tanque com capacidade mínima de 50 litros.
 - **Airbags:** Mínimo de 7 airbags (2 frontais, 2 laterais, 2 de cortina e 1 de joelho para motorista).
 - **Segurança:** Controle de estabilidade (ESP), controle de tração (TCS), assistente de partida em rampa (HSA), sistema de monitoramento de pressão dos pneus (TPMS), cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes, encostos de cabeça para todos os assentos.
 - **Conforto e conveniência:**
 - Ar-condicionado digital automático com climatização dual zone;
 - Vidros elétricos nas quatro portas com função um-toque;
 - Retrovisores externos elétricos, com rebatimento e setas integradas;
 - Volante multifuncional com regulagem de altura e profundidade;
 - Bancos revestidos em material premium (couro sintético ou similar), com ajuste elétrico para o banco do motorista;
 - Computador de bordo digital em tela TFT colorida mínima de 7";
 - Sistema de multimídia com tela sensível ao toque mínima de 9", compatível com Android Auto e Apple CarPlay, com conexão Bluetooth e entrada USB;
 - Sistema de som com no mínimo 6 alto-falantes;
 - Câmera de ré integrada e sensores de estacionamento traseiros.
 - **Iluminação:** Faróis dianteiros em LED com acendimento automático, luzes diurnas em LED (DRL) e lanternas traseiras em LED.
 - **Itens adicionais obrigatórios:** Chave presencial tipo smart key com partida por botão (start/stop), piloto automático adaptativo, sensor de chuva, sistema de iluminação follow-me-home, alarme antifurto com imobilizador eletrônico.

Garantia: Mínimo de 3 anos, sem limite de quilometragem.

Outros requisitos:

- Veículo 0 km, sem uso, entregue com todos os manuais, ferramentas originais e 1 jogo de chave reserva;
- Emplacado, licenciado e com IPVA quitado para o exercício do ano da entrega;
- Revisão inicial realizada conforme orientação do fabricante.

3.3 Documentações e acessórios

A contratada deverá entregar, juntamente com o veículo:

- Nota fiscal de venda em nome do Município de Águia Branca
- Manual do proprietário em língua portuguesa;
- Certificado de garantia de fábrica (original) e comprovante de assistência técnica autorizada com rede de atendimento no território nacional;
- Chave reserva;
- Comprovante da quilometragem no momento da entrega (odômetro);
- Laudo técnico de conferência (se aplicável) e checklist de conformidade;
- Cartão de manutenção preventiva (se fornecido pelo fabricante).

4. Prazo de Entrega

A contratada deverá entregar o veículo no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato/pedido, salvo prazo diverso estabelecido no edital. O prazo de entrega poderá ser reduzido conforme disponibilidade da licitante, o que deverá constar na proposta técnica.

A entrega deverá ocorrer em dia útil, no horário compreendido entre segunda a quinta-feira de 07h:00 as 15h:00 e sexta-feira de 07:00H as 12h00, mediante prévio agendamento com a Unidade Gestora.

Penalidades por atraso: aplicação de multa e demais medidas previstas no item "Das sanções".

5. Aceitação do Objeto

5.1 Procedimentos de Recebimento

Recebimento Provisório: No ato da entrega, será realizado o recebimento provisório pelo fiscal do contrato/designado, que verificará:

- Conformidade da nota fiscal com o pedido/contrato;
- Quilometragem (odômetro não superior a 10.000 km);

Rua Vicente Pissinatti, 71 - Centro, Águia Branca - ES - CEP 29795-000 - CNPJ 31.796.584/0001-87 - Telefax: 0xx27 3745-1357

Pregão Eletrônico 018/2025

Página 25 / 56



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Conformidade visual com as especificações (cor, número de portas, acessórios, estanqueidade, pneus, etc.);
- Presença de manual, chave reserva e demais documentos exigidos.
- Funcionamento básico: partida, câmbio, direção, travas, vidros elétricos e ar-condicionado.

Havendo conformidade, será assinada a Nota de Recebimento Provisório.

2. **Período de Teste/Acompanhamento:** Após o recebimento provisório, o veículo ficará em uso padrão pela Associação Pestalozzi durante 30 (trinta) dias corridos como período de verificação. Durante esse período, serão observados eventuais vícios, defeitos ou não conformidades.
3. **Recebimento Definitivo:** Verificada a regularidade de funcionamento e não havendo registro de vícios ou defeitos que impossibilitem o uso, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, atestando a aceitação final do veículo.

5.2 Rejeição

Se no ato do recebimento provisório forem constatadas não conformidades relevantes (ex.: quilometragem superior a 10.000 km, ausência de itens essenciais, defeitos de fábrica evidentes), o veículo poderá ser recusado e a contratada convocada a promover a substituição do bem ou proceder à correção em prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

6. Da Forma de Pagamento

- O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.
- Preferencialmente, o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação da documentação fiscal completa e do atesto de recebimento provisório, respeitando os prazos financeiros do Município.
- Eventuais descontos legais, tributos federais, estaduais ou municipais devidos na fonte serão observados conforme legislação vigente.

Observação: a modalidade exata de pagamento (parcelado, à vista, cronograma financeiro) deverá constar do edital e do contrato e obedecerá à disponibilidade orçamentária e à legislação aplicável.

7. Do Acompanhamento e Fiscalização

7.1 Fiscais do Contrato

A Associação Pestalozzi designará, por ato formal, Presidente da Associação Pestalozzi como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato Luiz Carlos Cuerci Fedezen, com poderes para:

- Receber e conferir o veículo à vista;
- Atestar e autorizar pagamentos, após comprovação da entrega e conformidade;
- Receber documentação, solicitar correções e emitir notificações à contratada;
- Aplicar penalidades previstas no contrato;
- Exigir o cumprimento das obrigações contratuais.

7.2 Comissões de Recebimento

Poderá ser instituída uma Comissão Especial para o recebimento e avaliação técnica do veículo, composta por membros indicados pela Associação e demais unidades técnicas interessadas, quando necessário.

8. Obrigações da Contratante:

Compete à contratante:

- Disponibilizar, oportunamente, a dotação orçamentária e financeira para pagamento do contrato;
- Indicar formalmente o fiscal do contrato e eventuais membros da comissão de recebimento;
- Fornecer local adequado para a entrega e inspeção do veículo;
- Atestar nota fiscal/fatura para liberação dos pagamentos previstos;
- Comunicar formalmente ocorrências e problemas identificados na execução do contrato;
- Proceder ao registro patrimonial do bem, após recebimento definitivo, e zelar pelo seu uso conforme legislação municipal vigente.
- Utilizar os carros somente em território nacional, sendo expressamente proibido ultrapassar qualquer fronteira com os carros desta secretaria.

9. Obrigações da Contratada (Fornecedor)

Sem prejuízo de outras previstas no contrato e na legislação:

- Fornecer o veículo em perfeitas condições de uso e novas condições de fábrica;
- Entregar o veículo dentro do prazo contratual, com quilometragem máxima de 10.000 km, com nota fiscal, manual em português e demais documentos descritos neste TR;
- Garantir garantia de fábrica e assistência técnica autorizada; apresentar comprovante da rede de assistência técnica;
- Substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer peça ou equipamento que apresente vício ou defeito de fabricação durante o período de garantia;
- Responsabilizar-se pelo transporte e seguro do veículo até o momento da entrega e recebimento provisório, respondendo por eventuais avarias ocorridas no transporte;
- Manter atualizadas todas as certidões e documentos exigidos para habilitação e execução contratual;
- Cumprir todas as normas de segurança, higiene e legislação trabalhista em relação aos seus empregados;
- Indenizar o Município por perdas e danos decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- Prestar informações e documentações complementares quando solicitadas pelo fiscal do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10. Cobertura de Riscos

1. Risco até a entrega: a contratada responderá por qualquer dano, avaria, extravio ou sinistro que ocorra com o veículo até o ato do recebimento. Deverá contratar seguro de transporte quando aplicável.
2. Risco pós-entrega e garantia: após o recebimento, responderá pelos vícios e defeitos ocultos ou aparentes abrangidos pela garantia de fábrica, devendo proceder ao reparo ou substituição de peças sem ônus para o Município.
3. Seguro: recomenda-se que o veículo seja entregue com cobertura básica durante o transporte; o Município poderá contratar seguro veicular após o recebimento definitivo, caso haja previsão contratual. Se o edital exigir que a contratada proceda ao emplacamento, deverão constar responsabilidades quanto ao pagamento de taxas correlatas.
4. Responsabilidade civil: a contratada responderá por danos causados a terceiros em consequência direta de sua atuação ou de seus prepostos no transporte/entrega até o momento da entrega provisória.

11. Das Qualificações Técnicas e Habilitação

Habilitação Jurídica

- Registro comercial, no caso de empresário individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, quando exigível, relativo ao domicílio ou sede da empresa;
- Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (INSS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidões de regularidade fiscal estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei.

Qualificação Técnica

Aqui está o ponto-chave para veículos. Como não há prestação de serviço (mas sim fornecimento de bem durável), as exigências devem ser proporcionais e objetivas, sem restringir a competitividade:

1. **Comprovação de rede de assistência técnica**
 - Documento emitido pela montadora ou pela própria empresa informando a existência de **rede de assistência técnica autorizada** em território nacional (preferencialmente dentro do estado/município, quando aplicável).
2. **Catálogo ou ficha técnica oficial**
 - Catálogo, folder ou ficha técnica oficial do fabricante comprovando as **especificações do veículo** ofertado, em português.
3. **Declaração de garantia**
 - Documento que assegure que o veículo será entregue com **garantia mínima de 1 ano** de fábrica (ou a prevista no edital).

11.1 Habilidades Jurídicas e Empresariais

- Registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- Cópia do Cartão do CNPJ.

11.2 Regularidades Fiscais e Trabalhistas

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal (quando exigível);
- Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (ou Positiva com efeitos de Negativa, conforme legislação);
- Certidão de Regularidade do FGTS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Certidão Negativa de Débitos com a Seguridade Social (INSS);
- Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- Outras certidões exigidas pelo edital e pela legislação vigente.

11.3 Qualificação Técnica

- Declaração de que a empresa é concessionária autorizada ou revendedora autorizada da marca/modelo ofertado;
- Comprovação de que o modelo ofertado encontra-se no catálogo do fabricante, com ficha técnica oficial (brochura/manuais) que comprove as especificações;
- Comprovante de rede de assistência técnica/autorizada com endereço e contatos;
- Relação de contratos similares executados nos últimos 3 (três) anos, se aplicável.

11.4 Garantias e Comprovações Adicionais

- Apresentação de proposta técnica detalhada (características, equipamentos, acessórios, garantia e prazo de entrega);
- Termo de compromisso de manutenção de proposta e disponibilidade da garantia informada.

Observação: a comissão/órgão responsável pelo processo poderá solicitar documentos complementares ou esclarecer informações técnicas durante o procedimento licitatório.

12. Das Sanções

O não cumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a contratada às seguintes sanções, garantida a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável:

1. Advertência: para irregularidades de menor gravidade;
2. Multa por atraso na entrega: multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
3. Multa por descumprimento de cláusula contratual: multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato para descumprimento parcial das obrigações contratuais não sanáveis no prazo estipulado;
4. Multa por inexecução total: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução total do objeto;
5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo a ser fixado conforme gravidade do fato;
6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, em caso de fraude ou dolo comprovado;
7. Rescisão contratual: parcial ou total, nas hipóteses previstas em lei ou no contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e indenizações cabíveis.
8. Cobrança de perdas e danos: além das multas, a Administração poderá cobrar perdas e danos quando comprovado prejuízo superior às penalidades aplicadas.

As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo e assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.

13. Disposições sobre Rescisão, Subcontratação e Cessão

- É vedada a subcontratação total do objeto; eventual subcontratação parcial somente será permitida se expressamente autorizada em contrato, com prévia anuência da Administração.
- A cessão ou transferência do contrato, total ou parcial, dependerá de prévia autorização da Administração.
- A rescisão contratual poderá ocorrer por iniciativa da Administração ou da contratada por motivos previstos em lei ou no contrato, observados os prazos e procedimentos legais.

14. Critérios de Julgamento (Síntese)

- A seleção da proposta vencedora obedecerá ao critério definido no edital (ex.: menor preço global, técnica e preço, etc.).
- A proposta técnica deverá comprovar o atendimento de todas as exigências deste TR. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações essenciais.

15. Disposições Finais

- O presente Termo de Referência deverá integrar o edital e o contrato de aquisição, servindo como documento técnico-normativo para avaliação das propostas e para a execução do contrato.
- As despesas decorrentes da contratação correrão à conta do programa/ação orçamentária [informar dotação e fonte de recursos].
- A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação apresentadas na proposta.
- A eventual tolerância quanto ao descumprimento de cláusulas contratuais não constituirá novação, nem renúncia a direitos, que poderão ser exigidos a qualquer tempo.

Águia Branca, 23 de setembro de 2025

Glaucia Diniz de Farias
Secretaria Municipal de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Justificativa

A Secretaria Municipal de Assistência Social demanda a aquisição de um veículo automotor 0km com as especificações constantes neste Termo de Referência, com a finalidade de viabilizar deslocamentos operacionais de equipes técnicas e de apoio, transporte de materiais e equipamentos, visitas domiciliares, atendimento em ações de proteção social básica e especial, além de atuação em zonas rurais e áreas de difícil acesso.

A frota atual apresenta veículos com elevado grau de desgaste, constantes paralisações para manutenção preventiva e corretiva, e limitações técnicas para operar em locais que exigem tração 4x4. Tais condições têm provocado atrasos nas ações da Pasta e aumento de custos com consertos, combustível e logística. A aquisição de veículo 0 km adequado às necessidades técnicas da Secretaria promoverá melhoria na eficiência operacional, garantia de segurança para servidores e usuários, redução dos custos de manutenção no médio prazo e incremento na capacidade de resposta para atendimento à população mais vulnerável.

Adicionalmente, a aquisição contribuirá para:

- Garantir regularidade e segurança nas ações de campo (visitas, transporte de utensílios e insumos);
- Reduzir riscos à integridade física de servidores e assistidos;
- Otimizar a alocação de recursos públicos mediante redução de gastos com manutenção corretiva;
- Consolidar patrimônio municipal com veículo novo, mais eficiente e com menor índice de avarias.

2. Do Objeto

Observação: exige-se que os itens acima estejam previstos no equipamento original de fábrica ou sejam instalados em concessionária autorizada, com apresentação de nota fiscal e garantia do serviço, quando for o caso.

ITEM	DESCRÍÇÃO	QUANTIDADE
01	COR DO VEICULOPRATA BARI Motor: 1.3 GSE Flex <ul style="list-style-type: none">• Cilindrada: 1.332 cm³• Cilindros: 4 em linha• Válvulas: 8• Potência máxima: 107 cv (E) a 6.250 rpm e 98 cv (G) a 6.000 rpm• Torque máximo: 13,7 kgf.m (E) a 4.000 rpm e 13,2 kgf.m (G) a 4.250 rpm• Velocidade máxima: 165 km/h• Transmissão: CVT de 7 velocidades• Tração: Dianteira• Direção: Elétrica• Pneus: 195/65 R15 ON ROAD• Combustível: Etanol e gasolina• Tanque de combustível: 55 litros• Capacidade de carga: 600 kg• Portas: 4• Lugares: 5• Consumo urbano: 8,8 km/l (E) e 12,5 km/l (G)• Consumo na estrada: 9,8 km/l (E) e 13,3 km/l (G)• Interior escurecido:• Comandos no volante:• Ar-condicionado digital:	01



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Apoio de braço:
- Motor 1.3 Firefly:
- Câmbio automático:
- Wireless charger:
- Disponível na cor perolizada Branco Alaska com teto preto e metalizada Cinza Silverstone com teto preto e Preto Volcano:
- **CONFORTO**
- 4 Portas
- Ajuste do banco do motorista
- Apoia-pé para o motorista
- Apoios de cabeça com regulagem de altura
- Apoios de cabeça traseiros com regulagem de altura
- Ar-condicionado
- Bancos em tecido cinza
- Barra de proteção do vidro traseiro
- Barras longitudinais no teto
- Capota marítima
- Chave com telecomando
- Comandos de áudio no volante
- Computador de bordo
- Console central com porta-objetos e porta-copos
- Conta-giros
- Câmbio automático CVT (7 velocidades simuladas)
- Detalhes externos na cor do veículo
- Espelho no para-sol lados motorista e passageiro
- Faróis de neblina
- Faróis em LED
- Follow me home
- Função Sport
- Ganchos para amarração de carga na caçamba
- Grade frontal na cor preta
- Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida)
- Hodômetro digital (total e parcial)
- Indicador de combustível
- Indicador de troca de marcha
- Limpador e lavador do para-brisa
- Luz de iluminação da caçamba
- Luz de leitura
- Luzes de posição diurnas
- Moldura dos para-lamas
- Paddle-shifters
- Para-choque traseiro com estribos antiderrapantes
- Porta objetos nas portas
- Porta-luvas iluminado
- Protetor de caçamba
- Protetor de cárter
- Retrovisores externos elétricos
- Rodas em liga leve 16" + Pneus 205/55 R16"



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- | | | |
|--|---|--|
| | <ul style="list-style-type: none">• Tampa da caçamba com nova tecnologia• Tapetes• Terceira luz de freio• Travas elétricas• Vidro traseiro térmico• Vidros elétricos dianteiros e traseiros• Visor de 3,5' TFT• Volante com regulagem de altura• Volante em Couro• SEGURANÇA• Air bag lateral• Airbag duplo (motorista e passageiro)• Alarme antifurto• Alerta de uso do cinto de segurança passageiro• Alertas de uso de cinto de segurança do motorista• Alça de segurança lado passageiro• Cintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura• Cintos de segurança traseiros (laterais e central) retráteis de 3 pontos• Controle eletrônico de estabilidade• E-locker - Controle de Tração Avançado (TC+)• Freios ABS com EBD• Gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix)• Santoantonio• Sensor de estacionamento• Sensor de monitoramento da pressão dos pneus• Suspensão elevada• Suspensão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais• CONECTIVIDADE• Central Multimídia com tela de 7• Porta USB adicional• Predisposição para Rádio• Rádio com entrada USB• Wireless Charger | |
|--|---|--|

Informamos que a contrapartida para as despesas poderão ser efetuada através da conta: 25.567.164 ag 0180, e as demais diferença poderão ser efetuada através da conta 22.447.296 ag 0180 recurso próprio.

3.3 Documentações e acessórios

A contratada deverá entregar, juntamente com o veículo:

- Nota fiscal de venda em nome do Município de Águia Branca
- Manual do proprietário em língua portuguesa;
- Certificado de garantia de fábrica (original) e comprovante de assistência técnica autorizada com rede de atendimento no território nacional;
- Chave reserva;
- Comprovante da quilometragem no momento da entrega (odômetro);
- Laudo técnico de conferência (se aplicável) e checklist de conformidade;
- Cartão de manutenção preventiva (se fornecido pelo fabricante).

4. Prazo de Entrega

A contratada deverá entregar o veículo no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da assinatura do contrato/pedido, salvo prazo diverso estabelecido no edital. O prazo de entrega poderá ser reduzido conforme disponibilidade da licitante, o que deverá constar na proposta técnica.

A entrega deverá ocorrer em dia útil, no horário compreendido entre segunda a quinta-feira de 07h:00 as 15h:00 e sexta-feira de 07:00H as 12h00, mediante prévio agendamento com a Unidade Gestora.

Penalidades por atraso: aplicação de multa e demais medidas previstas no item "Das sanções".

5. Aceitação do Objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5.1 Procedimentos de Recebimento

4. **Recebimento Provisório:** No ato da entrega, será realizado o recebimento provisório pelo fiscal do contrato/designado, que verificará:
 - Conformidade da nota fiscal com o pedido/contrato;
 - Quilometragem (odômetro não superior a 10.000 km);
 - Conformidade visual com as especificações (cor, número de portas, acessórios, estanqueidade, pneus, etc.);
 - Presença de manual, chave reserva e demais documentos exigidos.
 - Funcionamento básico: partida, câmbio, direção, travas, vidros elétricos e ar-condicionado.Havendo conformidade, será assinada a Nota de Recebimento Provisório.
5. **Período de Teste/Acompanhamento:** Após o recebimento provisório, o veículo ficará em uso padrão pela Secretaria durante 30 (trinta) dias corridos como período de verificação. Durante esse período, serão observados eventuais vícios, defeitos ou não conformidades.
6. **Recebimento Definitivo:** Verificada a regularidade de funcionamento e não havendo registro de vícios ou defeitos que impossibilitem o uso, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, atestando a aceitação final do veículo.

5.2 Rejeição

Se no ato do recebimento provisório forem constatadas não conformidades relevantes (ex.: quilometragem superior a 10.000 km, ausência de itens essenciais, defeitos de fábrica evidentes), o veículo poderá ser recusado e a contratada convocada a promover a substituição do bem ou proceder à correção em prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

6. Da Forma de Pagamento

- O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.
- Preferencialmente, o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação da documentação fiscal completa e do atesto de recebimento provisório, respeitando os prazos financeiros do Município.
- Eventuais descontos legais, tributos federais, estaduais ou municipais devidos na fonte serão observados conforme legislação vigente.

Observação: a modalidade exata de pagamento (parcelado, à vista, cronograma financeiro) deverá constar do edital e do contrato e obedecerá à disponibilidade orçamentária e à legislação aplicável.

7. Do Acompanhamento e Fiscalização

7.1 Fiscais do Contrato

A Secretaria Municipal de Assistência Social designará, por ato formal, Servidor Público responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato Gláucia Diniz de Farias, com poderes para:

- Receber e conferir o veículo à vista;
- Atestar e autorizar pagamentos, após comprovação da entrega e conformidade;
- Receber documentação, solicitar correções e emitir notificações à contratada;
- Aplicar penalidades previstas no contrato;
- Exigir o cumprimento das obrigações contratuais.

7.2 Comissões de Recebimento

Poderá ser instituída uma Comissão Especial para o recebimento e avaliação técnica do veículo, composta por membros indicados pela Secretaria e demais unidades técnicas interessadas, quando necessário.

8. Obrigações da Contratante (Município)

Compete à contratante:

- Disponibilizar, oportunamente, a dotação orçamentária e financeira para pagamento do contrato;
- Indicar formalmente o fiscal do contrato e eventuais membros da comissão de recebimento;
- Fornecer local adequado para a entrega e inspeção do veículo;
- Atestar nota fiscal/fatura para liberação dos pagamentos previstos;
- Comunicar formalmente ocorrências e problemas identificados na execução do contrato;
- Proceder ao registro patrimonial do bem, após recebimento definitivo, e zelar pelo seu uso conforme legislação municipal vigente.
- Utilizar os carros somente em território nacional, sendo expressamente proibido ultrapassar qualquer fronteira com os carros desta secretaria.

9. Obrigações da Contratada (Fornecedor)

Sem prejuízo de outras previstas no contrato e na legislação:

- Fornecer o veículo em perfeitas condições de uso e novas condições de fábrica;
- Entregar o veículo dentro do prazo contratual, com quilometragem máxima de 10.000 km, com nota fiscal, manual em português e demais documentos descritos neste TR;
- Garantir garantia de fábrica e assistência técnica autorizada; apresentar comprovante da rede de assistência técnica;
- Substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer peça ou equipamento que apresente vício ou defeito de fabricação durante o período de garantia;
- Responsabilizar-se pelo transporte e seguro do veículo até o momento da entrega e recebimento provisório, respondendo por eventuais avarias ocorridas no transporte;
- Manter atualizadas todas as certidões e documentos exigidos para habilitação e execução contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Cumprir todas as normas de segurança, higiene e legislação trabalhista em relação aos seus empregados;
- Indenizar o Município por perdas e danos decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- Prestar informações e documentações complementares quando solicitadas pelo fiscal do contrato.

10. Cobertura de Riscos

5. Risco até a entrega: a contratada responderá por qualquer dano, avaria, extravio ou sinistro que ocorra com o veículo até o ato do recebimento. Deverá contratar seguro de transporte quando aplicável.
6. Risco pós-entrega e garantia: após o recebimento, responderá pelos vícios e defeitos ocultos ou aparentes abrangidos pela garantia de fábrica, devendo proceder ao reparo ou substituição de peças sem ônus para o Município.
7. Seguro: recomenda-se que o veículo seja entregue com cobertura básica durante o transporte; o Município poderá contratar seguro veicular após o recebimento definitivo, caso haja previsão contratual. Se o edital exigir que a contratada proceda ao emplacamento, deverão constar responsabilidades quanto ao pagamento de taxas correlatas.
8. Responsabilidade civil: a contratada responderá por danos causados a terceiros em consequência direta de sua atuação ou de seus prepostos no transporte/entrega até o momento da entrega provisória.

11. Das Qualificações Técnicas e Habilitação

Habilitação Jurídica

- Registro comercial, no caso de empresário individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, quando exigível, relativo ao domicílio ou sede da empresa;
- Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (INSS);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidões de regularidade fiscal estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei.

Qualificação Técnica

Aqui está o ponto-chave para veículos. Como não há prestação de serviço (mas sim fornecimento de bem durável), as exigências devem ser proporcionais e objetivas, sem restringir a competitividade:

4. **Comprovação de rede de assistência técnica**
 - Documento emitido pela montadora ou pela própria empresa informando a existência de **rede de assistência técnica autorizada** em território nacional (preferencialmente dentro do estado/município, quando aplicável).
5. **Catálogo ou ficha técnica oficial**
 - Catálogo, folder ou ficha técnica oficial do fabricante comprovando as **especificações do veículo** ofertado, em português.
6. **Declaração de garantia**
 - Documento que assegure que o veículo será entregue com **garantia mínima de 1 ano** de fábrica (ou a prevista no edital).

11.1 Habilidades Jurídicas e Empresariais

- Registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- Cópia do Cartão do CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.2 Regularidades Fiscais e Trabalhistas

- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal (quando exigível);
- Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (ou Positiva com efeitos de Negativa, conforme legislação);
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos com a Seguridade Social (INSS);
- Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- Outras certidões exigidas pelo edital e pela legislação vigente.

11.3 Qualificação Técnica

- Declaração de que a empresa é concessionária autorizada ou revendedora autorizada da marca/modelo ofertado;
- Comprovação de que o modelo ofertado encontra-se no catálogo do fabricante, com ficha técnica oficial (brochura/manuais) que comprove as especificações;
- Comprovante de rede de assistência técnica/autorizada com endereço e contatos;
- Relação de contratos similares executados nos últimos 3 (três) anos, se aplicável.

11.4 Garantias e Comprovações Adicionais

- Apresentação de proposta técnica detalhada (características, equipamentos, acessórios, garantia e prazo de entrega);
- Termo de compromisso de manutenção de proposta e disponibilidade da garantia informada.

Observação: a comissão/órgão responsável pelo processo poderá solicitar documentos complementares ou esclarecer informações técnicas durante o procedimento licitatório.

12. Das Sanções

O não cumprimento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a contratada às seguintes sanções, garantida a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável:

9. Advertência: para irregularidades de menor gravidade;
10. Multa por atraso na entrega: multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
11. Multa por descumprimento de cláusula contratual: multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato para descumprimento parcial das obrigações contratuais não sanáveis no prazo estipulado;
12. Multa por inexecução total: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato em caso de inexecução total do objeto;
13. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo a ser fixado conforme gravidade do fato;
14. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, em caso de fraude ou dolo comprovado;
15. Rescisão contratual: parcial ou total, nas hipóteses previstas em lei ou no contrato, sem prejuízo da aplicação das multas e indenizações cabíveis.
16. Cobrança de perdas e danos: além das multas, a Administração poderá cobrar perdas e danos quando comprovado prejuízo superior às penalidades aplicadas.

As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo e assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.

13. Disposições sobre Rescisão, Subcontratação e Cessão

- É vedada a subcontratação total do objeto; eventual subcontratação parcial somente será permitida se expressamente autorizada em contrato, com prévia anuência da Administração.
- A cessão ou transferência do contrato, total ou parcial, dependerá de prévia autorização da Administração.
- A rescisão contratual poderá ocorrer por iniciativa da Administração ou da contratada por motivos previstos em lei ou no contrato, observados os prazos e procedimentos legais.

14. Critérios de Julgamento (Síntese)

- A seleção da proposta vencedora obedecerá ao critério definido no edital (ex.: menor preço global, técnica e preço, etc.).
- A proposta técnica deverá comprovar o atendimento de todas as exigências deste TR. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações essenciais.

15. Disposições Finais

- O presente Termo de Referência deverá integrar o edital e o contrato de aquisição, servindo como documento técnico-normativo para avaliação das propostas e para a execução do contrato.
- As despesas decorrentes da contratação correrão à conta do programa/ação orçamentária [informar dotação e fonte de recursos].
- A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação apresentadas na proposta.
- A eventual tolerância quanto ao descumprimento de cláusulas contratuais não constituirá novação, nem renúncia a direitos, que poderão ser exigidos a qualquer tempo.

Águia Branca, 8 de setembro de 2025

Glaucia Diniz de Farias
Secretaria Municipal de Assistência Social

Rua Vicente Pissinatti, 71 - Centro, Águia Branca - ES - CEP 29795-000 - CNPJ 31.796.584/0001-87 - Telefax: 0xx27 3745-1357

Pregão Eletrônico 018/2025
Página 34 / 56



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PICK UP 4 PORTAS, 5 LUGARES, 0 K** a ser utilizado pela Secretaria de Administração do Município de Águia Branca/ES, conforme especificações e quantidades conforme se especifica no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DO VEÍCULO		QTD	UNIDADE
ITEM	CARACTERÍSTICA		
01	<ul style="list-style-type: none">• Motor: 1.3 GSE Flex• Cilindrada: 1.332 cm³• Cilindros: 4 em linha• Válvulas: 8• Potência máxima: 107 cv (E) a 6.250 rpm e 98 cv (G) a 6.000 rpm• Torque máximo: 13,7 kgf.m (E) a 4.000 rpm e 13,2 kgf.m (G) a 4.250 rpm• Velocidade máxima: 165 km/h• Transmissão: CVT de 7 velocidades• Tração: Dianteira• Direção: Elétrica• Pneus: 195/65 R15 ON ROAD• Combustível: Etanol e gasolina• Tanque de combustível: 55 litros• Capacidade de carga: 600 kg• Portas: 4• Lugares: 5• Consumo urbano: 8,8 km/l (E) e 12,5 km/l (G)• Consumo na estrada: 9,8 km/l (E) e 13,3 km/l (G)• Interior escurecido:• Comandos no volante:• Ar-condicionado digital:• Apoio de braço• Motor 1.3 Firefly• Câmbio automático• Wireless charger• Disponível na cor Prata Bari com teto preto e metalizada Cinza Silverstone com teto preto e Preto Volcano	01	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	<ul style="list-style-type: none">• CONFORTO• 4 Portas• Ajuste do banco do motorista• Apoia-pé para o motorista• Apoios de cabeça com regulagem de altura• Apoios de cabeça traseiros com regulagem de altura• Ar-condicionado• Bancos em tecido cinza• Barra de proteção do vidro traseiro• Barras longitudinais no teto• Capota marítima• Chave com telecomando• Comandos de áudio no volante• Computador de bordo• Console central com porta-objetos e porta-copos• Conta-giros• Câmbio automático CVT (7 velocidades simuladas)• Detalhes externos na cor do veículo• Espelho no para-sol lados motorista e passageiro• Faróis de neblina• Faróis em LED• Follow me home• Função Sport• Ganchos para amarração de carga na caçamba• Grade frontal na cor preta• Hill Holder (sistema ativo freio com controle eletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida)• Hodômetro digital (total e parcial)• Indicador de combustível• Indicador de troca de marcha• Limpador e lavador do para-brisas• Luz de iluminação da caçamba• Luz de leitura• Luzes de posição diurnas• Moldura dos para-lamas• Paddle-shifters• Para-choque traseiro com estribos antiderrapantes• Porta objetos nas portas• Porta-luvas iluminado• Protetor de caçamba• Protetor de cárter• Retrovisores externos elétricos• Rodas em liga leve 16" + Pneus205/55 R16"• Tampa da caçamba com nova tecnologia• Tapetes• Terceira luz de freio• Travas elétricas• Vidro traseiro térmico• Vidros elétricos dianteiros e traseiros• Visor de 3,5' TFT• Volante com regulagem de altura	
--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	<ul style="list-style-type: none">• Volante em Couro• SEGURANÇA• Air bag lateral• Airbag duplo (motorista e passageiro)• Alarme antifurto• Alerta de uso do cinto de segurança passageiro• Alertas de uso de cinto de segurança do motorista• Alça de segurança lado passageiro• Cintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura• Cintos de segurança traseiros (laterais e central) retráteis de 3 pontos• Controle eletrônico de estabilidade• E-locker - Controle de Tração Avançado (TC+)• Freios ABS com EBD• Gancho universal para fixação cadeira criança (Isofix)• Santoantonio• Sensor de estacionamento• Sensor de monitoramento da pressão dos pneus• Suspensão elevada• Suspensão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais• CONECTIVIDADE• Central Multimídia com tela de 7• Porta USB adicional• Predisposição para Rádio• Rádio com entrada USB• Wireless Charger		
--	--	--	--

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

A aquisição de um veículo tipo pickup 4 portas, 5 lugares zero km é uma necessidade urgente que precisa ser atendida para garantir a eficiência e qualidade dos serviços prestados à população.

Em diversos setores da administração pública, a utilização de veículos é essencial para o deslocamento de servidores, transporte de materiais, fiscalização de obras, entre outras atividades. No entanto, muitas vezes, os veículos disponíveis para essas finalidades encontram-se em estado precário, com problemas mecânicos frequentes e alto custo de manutenção. Isso acaba comprometendo a eficiência do trabalho, atrasando prazos e impactando diretamente o atendimento às demandas da sociedade.

Nesse sentido, a aquisição de um veículo zero km se mostra como a solução mais viável e eficaz para garantir a continuidade e qualidade dos serviços públicos. Um veículo novo proporciona mais segurança, confiabilidade e eficiência nas atividades cotidianas dos servidores, evitando paradas inesperadas e reduzindo os gastos com manutenção.

Além disso, a escolha por um veículo tipo pickup 4 portas, 5 lugares também atende às demandas de transporte de pequenos grupos de servidores e materiais, tornando o deslocamento mais prático e econômico. A capacidade de transportar mais pessoas e cargas de forma segura contribui para otimizar a logística e aumentar a produtividade dos serviços prestados.

Dessa forma, a contratação desse objeto atende não apenas aos interesses da administração pública, mas também aos anseios da população que depende desses serviços. Investir em um veículo novo é investir na eficiência, na segurança e na qualidade do serviço público, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade como um todo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. As especificações e quantitativos estão descritas no anexo

5. ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO

5.1 O fornecimento do veículo tipo *pick up*, zero km, sem uso, deverá obedecer às especificações descritas, e outras informações de identificação, conforme o disposto no item 1.1 deste termo de referência, sendo recusado item que estiver com alguma característica diferente.

5.2 O prazo para execução do contrato, será de 30 dias, contados da data de assinatura do contrato.

5.2.1. A Ordem de compra será emitida, preferencialmente, por meio eletrônico e deverão constar nela as informações sobre o fornecimento do veículo adquirido, detalhando o item e a quantidade demandada.

5.2.2. Somente serão aceitas entregas completas, ou seja, nas quantidades totais do item especificado na Ordem de compra.

5.3. O prazo para entrega do veículo, será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra.

5.4. Prazo de garantia mínima de 1 um ano a contar da data da entrega do veículo.

5.5. Previsão de revisões recomendada pela montadora.

5.6. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação do veículo até o local designado para entrega é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

5.7. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, do veículo entregue com o objeto desse Termo de Referência, do Edital, com a proposta adjudicada e homologada da empresa contemplada na licitação e do contrato, deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 30 (trinta) dias corridos, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também comparado com as especificações disponibilizadas pela licitante, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito;

5.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do veículo, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, observando o prazo de garantia dos mesmos.

6. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, alínea 'e' da Lei nº 14.133/21)

6.1. Execução:

- Entrega: O(s) veículo(s) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento), no endereço Jorge Elias Hitti, 71, Águia Branca/ES, de segunda a quinta-feira, das 07:30 às 15:00, sexta-feira das 07:00 às 12:00.

6.2. Gestão e Fiscalização:

- Será designado um(a) servidor(a) para atuar como Fiscal do Contrato, responsável por acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, atestar a conformidade com as especificações e aprovar os documentos de recebimento.
- A fiscalização verificará se o bem entregue corresponde exatamente ao modelo e características descritos na proposta vencedora e neste Termo de Referência.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A garantia será de no mínimo 12 meses

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ouvidos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, suas expensas, no total ou em parte, o serviço do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.

8.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.

9.1. Considerar o critério de julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO para cada item;

9.2. Se caso necessário, a critério do pregoeiro, o vencedor de cada item deverá apresentar amostra com intuído, unicamente, de esclarecimentos de dúvidas quanto o veículo em licitação, para validação da proposta ofertada. Devendo ocorrer este procedimento na fase de julgamento da proposta de preços.

9.3. Havendo a necessidade do cumprimento do item anterior e em detrimento da reprovação/invalidação da amostra, será considerada desclassificada a proposta referente ao item analisado.

10. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Para a aquisição do tópico 2.1 acima descrita, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos;

10.1.1. Lei Federal 14.133/2021, os requisitos da contratação de aquisição de itens/lotes institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

10.1.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Isso significa que a empresa contratada deve ser responsável pela execução integral do objeto do contrato, desde a entrega do objeto até a entrega dos relatórios e resultados ao órgão contratante;

10.1.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. No entanto, o contratado poderá ser responsabilizado por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.1.4. Além desses requisitos específicos, a contratação de aquisição, também deve observar os requisitos gerais da contratação previstos na Lei 14.133/2021, tais como:

a) A contratação deve ser precedida de planejamento, que deverá considerar as necessidades da Administração, as alternativas disponíveis e o mercado, conforme as indicações do Estudo Técnico Preliminar.

b) O edital da licitação deverá ser claro, objetivo e impresto, e deverá conter todas as informações necessárias para o esclarecimento dos licitantes.

c) O processo licitatório deverá ser conduzido de forma transparente.

10.2. Em caso de fornecimento de produtos, não será admitida a subcontratação do objeto licitatório para o fornecimento dos mesmos;

10.3. Em caso de produtos para instalação, será permitida a subcontratação para a instalação dos produtos a serem adquiridos podendo utilizar-se de mão de obra local/regional ou qualquer outra mão de obra a ser indicada pelo Fornecedor quando do recebimento da demanda de fornecimento, entrega e instalação do produto;

10.4. Estará computado em seu preço quaisquer custos de emplacamento dos veículos nos produtos a serem fornecidos.

10.5. Entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

10.5.1. Requisitos Mínimos de Qualidade:

10.5.2. Contratar de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições solicitadas pela secretaria demandante, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela CONTRATANTE;

10.5.3. Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10.5.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração;

10.5.5. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

10.5.6. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

10.5.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.5.8. A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere ao Município de Senhor do Bonfim a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Empresa Vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

10.5.9. Prestar o fornecimento dos itens adequados para não causar danos que venham a comprometer a qualidade dos veículos;

10.5.10. Manter, pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento;

10.5.11. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;

10.5.12. Prestar o serviço objeto deste Termo de Referência, obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega;

10.5.13. Adequar, por determinação da Contratante, qualquer produto ou serviço que não esteja sendo executado de acordo com as boas práticas de fabricação;

10.5.14. Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto/serviço que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo;

10.5.15. Dar ciência à Secretaria solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega/realização dos produtos/serviços;

10.5.16. A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social–INSS, Assistenciais, Securitárias e Sindicais, de seus funcionários, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia desta Contratante;

10.5.17. Não poderá a Contratada, em hipótese alguma, transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações admitidas, sem prévio assentimento da contratante;

10.5.18. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;

10.5.19. A contratada deverá apresentar documentos que comprovem qualificação técnica, que serão explicitados neste Termo de Referência e no respectivo Edital. A contratação em questão refere-se à fornecimento contínuo.

10.5.20. A exigência de produtos de qualidade é fundamental para assegurar que os serviços realizados sejam adequados e atendam aos padrões necessários. Tal exigência pelo município busca garantir que os servidores da rede Municipal tenham uma experiência segura e confortável ao fazer uso dos mesmos.

a. Visando atender à demanda das secretarias municipais, é necessária a contratação, por meio de licitação, de empresa especializada no fornecimento de veículos, como observado no tópico 2.1. A contratada deverá atuar na área específica. A contratada deverá apresentar documentos que comprovem a qualificação técnica do veículo, que serão abordados neste Termo de Referência e no respectivo Edital. A contratação em questão refere-se à fornecimento contínuo.

b. A empresa vencedora do certame deverá fornecer o veículo de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) que não corresponderem às exigências determinadas pela contratante;

c. No curso da execução do fornecimento, caberá ao CONTRATANTE, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais;

d. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadeguado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. As despesas decorrentes da execução desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária correspondente à entidade solicitante no exercício 2025, disponibilizado no Sistema da Prefeitura por profissional responsável pelo Fundo Municipal/Financeiro.

11.2. As estimativas iniciais de valor da contratação estão em anexo junto à cotação e Estudo Técnico Preliminar.

11.3. A estimativa do valor da contratação não terá caráter sigiloso.

11.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

11.5.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do princípio ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.5.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovação de repercussão sobre os preços registrados;

11.5.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.5.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11.6. A estimativa de preços para esta contratação observou os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com a realização das seguintes pesquisas de preços:

11.6.1. PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas (Inciso I, do art. 23);

11.6.2. Painel de Preços (Inciso II, do art. 23);

11.6.3. Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo (Inciso III, do art. 23);

11.6.4. Pesquisa direta com fornecedores (Inciso IV, do art. 23);

11.6.5. Consulta à base nacional de Notas Fiscais Eletrônicas (Inciso V, do art. 23).

11.7. O sistema poderá, para fins de aceitação por parte do Agente de Contratação, não divulgar os preços estimados após a fase de lances, sendo postergado após a fase de negociação de preços.

11.8. O valor da contratação foi atualizado através de cotações realizadas pelo setor de compras/secretaria demandante, ao qual está sendo anexado neste Termo de Referência como parte inseparável.

12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela CONTRATANTE;

12.2. Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;

12.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração;

12.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

12.5. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

12.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.7. A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere ao Município de Águia Branca/ES a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Empresa Vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

12.8. Fornecer os materiais nas embalagens e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida;

12.9. Manter, durante todo o período de entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento pelo Município de Senhor do Bonfim, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição;

12.10. Manter, pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento;

12.11. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;

12.12. Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega;

12.13. Adequar, por determinação da Contratante, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com as boas práticas de fabricação;

12.14. Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo;

12.15. Dar ciência à Secretaria solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos/serviços;

12.16. A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social–INSS, Assistenciais, Seguritárias e Sindicais, de seus funcionários, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia desta Contratante;

12.17. Não poderá a Contratada, transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações admitidas, sem prévio assentimento da contratante, excetuadas àquelas constantes da apólice/contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12.18. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público; **12.19.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/21.

13. DA GARANTIA E FORNECEDORES FORA DO MUNICÍPIO

13.1. Os produtos/serviços mencionados neste TERMO DE REFERÊNCIA deverão possuir garantia mínima conforme legislação vigente;

13.2. As solicitações referentes à troca deverão ser efetuadas pelo designado e/ou pela Comissão de Recebimento;

13.3. No caso de empresas sediadas fora do Município de Águia Branca/ES, quando esta Administração Pública realizar as devidas solicitações por ordem de fornecimento dos produtos, deverão providenciar a entrega no local indicado na referida ordem, sem nenhum custo adicional;

13.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de preços/contrato será especificado naquele documento, na ausência deste a vigência é de 12 (doze) meses;

13.4.1. No caso de Atas de Registros de Preços, poderá ser aditivada por igual período, uma única vez, renovando-se o seu saldo para fins de planejamento anual e desde que seja utilizado índice de correção de preços e aceite pelo fornecedor que detém Ata registrada.

13.4.2. Caso o fornecedor não aceite, será solicitado o saldo referente a 03 (três) meses do planejamento indicado no Estudo Técnico Preliminar ou, em caso de sua ausência, os quantitativos solicitados nos últimos 03 (três) meses.

14. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

14.1. A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para fornecimento do objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 162 da Lei 14.133 e suas alterações, dentre elas a suspensão do direito de licitar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

14.1.1. A Contratada ficará sujeita, em caso de atraso na execução dos serviços ou fornecimento de bens e produtos, às penalidades previstas no ARTIGO 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal: a) Lei Federal nº 14.133/21 – Art. 90 § 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

14.2. Se a infração cometida se caracterizar de má-fé ou causar prejuízos ao abastecimento efetuado pela Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES, poderá esta impor àquela a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público ou propor à autoridade competente, a declaração de inidoneidade, pelo período de até 02 (dois) anos.

14.3. No caso de troca do produto na forma estabelecida nos subitens anteriores, a licitante assumirá a responsabilidade pelos custos de armazenagem, que incluem: transporte, carga, descarga, estocagem e movimentação, relativos ao período em exame, que deverão ser pagos pela licitante através da Guia de Arrecadação própria, emitida pela Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada até que seja atestado o novo recebimento do produto.

14.4. As multas são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo descontadas do respectivo pagamento, através da retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos valores apurados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 São obrigações da Contratante:

15.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

15.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na documentação descritiva e seus anexos;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DO REAJUSTE

16.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E (ou outro conforme comunicação da CONTRATANTE) e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

reajuste.

16.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5 Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.7 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18. DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

18.1. A CONTRATADA deverá emitir Notas Fiscais/Faturas;

18.2. Os pagamentos de notas fiscais faturas serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, após o devido ateste pelo setor responsável pelo recebimento do veículo.

18.3. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da fatura, bem como dos comprovantes de recolhimento do FGTS e de Previdência Social.

18.4. O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente bancária em nome da CONTRATADA.

18.5 A Nota Fiscal/Fatura da Contratada tem que possuir o mesmo CNPJ dos documentos apresentados nos documentos de habilitação da licitação, sob pena de não ser processada e não paga.

18.6 A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

18.7 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

18.8 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

18.9 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

18.10. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas em Lei;

18.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobreposto até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.13. Antes do pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.14. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Aprovo

Águia Branca, 28 de agosto de 2025.

este

documento.

Juliana Delevedove Bergami

Secretaria Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos dias do mês de do ano de 2025, A Prefeitura Municipal de Águia Branca Estado do Espírito Santo, com sede à Rua Vicente Pissinatti, 71, Centro, Águia Branca - ES, CEP: 29.795-000, inscrita no CNPJ sob o nº 31.796.584/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. _____, portador do CPF-MF nº _____ e RG nº _____ /_____, e a empresa _____, com sede, inscrita no CNPJ sob o nº, representada pelo administrador o Senhor _____ (qualificação) _____ de acordo com a Lei Federal 14.133/2021, Decreto municipal nº 10.721 de 12 de março de 2024 e suas alterações, bem como as demais normas legais aplicáveis, em face da classificação de sua proposta no **Pregão Eletrônico nº 013/2025**, resolvem, registrar os preços dos itens vencidos no certame supra citado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - OBJETO: Esta ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO E TIPO PICK UP (0 KM)**, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período na forma do Art. 84 da Lei 14.133/2021, conforme especificações descritas no Edital, proposta readequada e Relatório final de vencedores do Pregão Eletrônico nº 013/2025.

1.2 - A existência de preço registrado implica a existência de compromisso de fornecimento dos produtos nas condições estabelecidas, mas não obriga a Prefeitura Municipal de Águia Branca - ES a contratar o respectivo fornecedor, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

1.3 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

1.4 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ADESÕES E VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A ata de registro de preços será utilizada pela Administração Municipal de Águia Branca – ES e, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (Secretaria Municipal de Administração), desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 10.721/2024 e suas alterações.

2.2 – Esta ata de registro de preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá validade de 12(doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

2.3 – A partir da Assinatura da Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os contratos ou documentos equivalentes de fornecimento e se obriga a cumprir na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive as sanções administrativas pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, preservando o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REVISÃO

3.1 – O preço registrado e as especificações encontram-se a seguir discriminados:

3.2 – O preço e o fornecedor ora registrado decorre da classificação do **Pregão Eletrônico nº 018/2025**, processado nos moldes do ato convocatório, ao qual se vincula à presente ata de registro de preços para todos os efeitos.

3.3 – O preço registrado já inclui todas as despesas necessárias ao fornecimento/prestação dos serviços do objeto desta ata, sem quaisquer outros ônus para a Prefeitura Municipal de Águia Branca – ES.

3.4 - Os preços registrados são fixos e irreajustáveis, sendo permitido o reequilíbrio econômico-financeiro, na forma da Lei e regulamentos específicos emitidos por órgãos de controle (Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Tribunal de Contas da União, est.), cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos demais fornecedores classificados e habilitados no



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pregão Eletrônico nº 018/2025, observadas as disposições contidas na Lei 14.133/2021 e depois de atendidas as determinações do Decreto Municipal nº 10.721/2024, como segue:

3.4.1 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

a) O fornecedor que não aceitar a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

b) A ordem de classificação do fornecedor que aceitar a redução dos preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.4.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.1 – DA ENTREGA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS:

a) Após o registro dos preços e a critério da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, será convocada a detentora da presente ata para proceder com o fornecimento dos produtos/serviços referentes a esta Ata, na forma da Lei;

5.2 – DO PAGAMENTO

a) Os pagamentos ocorrerão mediante execução dos serviços e aprovação do órgão competente, e será realizado pelo Setor Contábil/financeiro da Prefeitura Municipal de Águia Branca – ES, conforme estabelecido no Edital e seus anexos.

b) Demais normas acerca dos pagamentos seguem em conformidade com a minuta de contrato anexa ao Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO/DOTAÇÃO

6.1 - Por se tratar de processo de seleção de fornecedores para posterior contratação e aquisição através do Sistema de Registro de Preços, na forma da Lei Federal nº 14.133/2024 a disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos será indicada por ocasião da efetiva contratação ou emissão de documento equivalente na forma da Lei.

6.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento/serviços ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3 - O instrumento contratual, quando for o caso, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 As entregas ocorrerão na forma estabelecida no Edital e Termo de Referência.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

8.1 – Gerenciar a Ata de Registro de Preços de acordo com termos e condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 10.721/2024, através do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Águia Branca - ES;

8.2 – Notificar o detentor da ata, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham ocorrer em função da execução dos serviços;

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto do SRP, a Prefeitura Municipal de Águia Branca - ES poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as sanções previstas na Lei Vigente, Edital e seus Anexos bem como na presente Ata.

CLAUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 – O fornecedor terá seu Registro cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b)** não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d)** sofrer sanção prevista na Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

e) O cancelamento de registros nas hipóteses previstas na alíneas a, b e c do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; e
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

11.1 – Integram esta Ata, o Edital e seus anexos, a proposta readequada de preços formulada pelo fornecedor, relatório final de preços após os lances do pregão, declarações e a documentação de habilitação, cujo teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

11.2 – Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem a sua extensão, e desta forma, regerem a execução adequada do Contrato ou documento equivalente.

11.3 – Os casos omissos serão resolvidos em observância as disposições constantes na Lei Federal 14.133/2024, Decreto Municipal nº 10.721/2024 e demais Legislações aplicáveis com suas respectivas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMASEGUNDA– DO ADITAMENTO

12.1 – A partir da assinatura desta Ata, a esta passam a ser aplicáveis todos os termos de aditamento que vierem a ser celebrados e que importem em alteração de qualquer condição descrita na presente Ata, desde que sejam assinados por representantes das partes, observados os limites e as formalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– FORO

13.1 – ELEIÇÃO– Para dirimir todas as questões oriundas do presente instrumento, fica eleito o FORO da Comarca de Águia Branca - ES.

E, por estarem justos, combinados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____ - ES, em _____ de _____ de 2025.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA - ES
EMPRESA**

Sócio Administrador

CPF Nº

Testemunhas:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO III PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025 MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DENOMINAÇÃO DO LICITANTE:**CNPJ:****ENDEREÇO:****TELEFONE:****E-MAIL:**

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**

TIPO PASSEIO E TIPO PICK UP (0 KM), conforme estabelecido no Termo de Referência, anexo ao presente Edital.

1 - 1 - Propomos entregar os veículos, objeto desta Licitação, pelo preço apurado após a fase de lances, obedecendo às estipulações deste Edital e asseverando que:

a) Observaremos integralmente as normas existentes e aplicáveis quanto aos veículos a serem entregues, objeto desta licitação, obedecendo ao Pregão Eletrônico nº 018/2025 independente de sua transcrição;

b) Seguiremos rigorosamente as especificações deste anexo III e demais anexos do Edital;

c) Prazo de entrega: 30 (trinta dias) após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente.

2 - Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

3 - Vigência do contrato: ____ (xxxxxx) meses contados a partir de sua publicação, considerando o período mínimo de garantia (12 meses).

5 - Prevalecem sobre produtos licitados as regulamentações do Código de Defesa do Consumidor, quanto aos prazos, garantias, defeitos e outros, conforme o caso, garantindo a Prefeitura Municipal de Águia Branca os direitos de consumidor final.

DECLARAÇÃO

1 - Declaro que aceito todas as exigências e condições do Edital e de seus anexos e inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei 14.133/20012 e Lei Complementar nº123/06 alterada pela Lei complementar 147/2014 e Lei complementar nº 155/2016 e as cláusulas e condições do presente Pregão Eletrônico;

2 - Declaro que o preço cotado, inclusive os preços finais que possivelmente poderão ser ofertados, incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

3 - Declaro que conheço e aceito todas as condições do Edital.

_____, em ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal

Nome:

RG nº:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ítem	Código	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00027166	<p>PICK UP 4 PORTAS,5 LUGARES - Motor: 1.3 GSE Flex</p> <ul style="list-style-type: none">•Cilindrada: 1.332 cm³•Cilindros: 4 em linha•Válvulas: 8•Potência máxima: 107 cv (E) a 6.250 rpm e 98 cv (G) a 6.000 rpm•Torquemáximo:13,7kgf.m(E)a4.000rpme13,2 kgf.m (G) a 4.250 rpm•Velocidade máxima: 165 km/h•Transmissão: CVT de 7 velocidades•Tração: Dianteira•Direção: Elétrica•Pneus: 195/65 R15 ON ROAD•Combustível: Etanol e gasolina•Tanque de combustível: 55 litros•Capacidade de carga: 600 kg•Portas: 4•Lugares: 5•Consumo urbano: 8,8 km/l (E) e 12,5 km/l (G)•Consumo na estrada: 9,8 km/l (E) e 13,3 km/l (G)• Interior escurecido:•Comandos no volante:•Ar-condicionado digital:•Apoio de braço• Motor 1.3 Firefly• Câmbio automático•Wireless charger•Disponível na cor Prata Bari com teto preto e metalizadaCinzaSilverstonecomtetoPretoeVolcano•CONFORTE•4 Portas•Ajuste do banco do motorista•Apoia-pé para o motorista•Apoios de cabeça com regulagem de altura•Apoios de cabeça traseiros com regulagem de altura•Ar-condicionado•Bancos em tecido cinza•Barra de proteção do vidro traseiro•Barras longitudinais no teto•Capota marítima•Chave com telecomando•Comandos de áudio no volante•Computador de bordo•Console central com porta-objetos e porta-copos•Conta-giros•Câmbio automático CVT (7 velocidades simuladas)•Detalhes externos na cor do veículo•Espelho no para-sol lados motorista e passageiro•Faróis de neblina•Faróis em LED•Follow me home•Função Sport•Ganchos para amarração de carga na caçamba•Grade frontal na cor preta•HillHolder(sistemaativofreicomcontroleeletrônico que auxilia nas arrancadas do veículo em subida)•Hodômetro digital (total e parcial)•Indicador de combustível•Indicador de troca de marcha•Limpador e lavador da para-brisas•Luz de iluminação da caçamba•Luz de leitura•Luces de posição diurnas	UN	2	135.465,63	270.931,26	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	<ul style="list-style-type: none">• Moldura dos para-lamas• Paddle-shifters• Para-choque traseiro com estribos antiderrapantes• Porta objetos nas portas• Porta-luvas iluminado• Protetor de caçamba• Protetor de cárter• Retrovisores externos elétricos• Rodas em liga leve 16 + Pneus 205/55 R16• Tampa da caçamba com nova tecnologia• Tapetes• Terceira luz de freio• Travas elétricas• Vidro traseiro térmico• Vidros elétricos dianteiros e traseiros• Visor de 3,5 TFT• Volante com regulagem de altura• Volante em Couro• SEGURANÇA• Air bag lateral• Airbag duplo (motorista e passageiro)• Alarme antifurto• Alerta de uso do cinto de segurança passageiro• Alertas de uso de cinto de segurança do motorista• Alça de segurança lado passageiro• Cintos de segurança retráteis de 3 pontos com regulagem de altura• Cintos de segurança traseiros (lateral e central) retráteis de 3 pontos• Controle eletrônico de estabilidade• E-locker - Controle de Tração Avançado (TC+)• Freios ABS com EBD• Ganchos universais para fixação cadeira criança (Isofix)• Santo antônio• Sensor de estacionamento• Sensor de monitoramento da pressão dos pneus• Suspensão elevada• Suspensão traseira com eixo ômega e molas parabólicas longitudinais• CONECTIVIDADE• Central Multimídia com tela de 7• Porta USB adicional• Predisposição para Rádio• Rádio com entrada USB• Wireless Charger					
--	--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

00002	00027187	<p>AUTOMÓVEL DE PASSEIO - , 0 km, anodefabricaçãoemodelomínimo2025/2026 ou ano/modelo mais disponível no mercado, primeiro emplacamento.</p> <p>Configuração mínima exigida:</p> <ul style="list-style-type: none">* Carroceria:Sedan,4portas,5lugares,pinturasólida ou metálica,corade definir nomotomodacontratação.* Motorização:Motor a combustão,4cilindrosemolinha, flex (etanol/gasolina), injeção eletrônica multiponto, potência mínima de 167 cv no etanol e 169 cv na gasolina, torque mínimo de 21,4 kgfm, aspirado, com tecnologia de comando variável de válvulas.Câmbio: Transmissão automática continuamente variável(CVT)commodosequencial, mínimo de 10 marchas virtuais.* Direção: Elétrica progressiva.* Suspensão: Dianteira independente tipo McPherson; traseira independente tipo multibraço.* Freios: A disco nas quatro rodas, com sistema antibloqueante(ABS), distribuição eletrônica de frenagem (EBD) e assistência de frenagem (BAS).* Pneus/Rodas:Pneus de medidas mínimas 225/45 R17, com rodas de liga leve aro 17.* Dimensões aproximadas: Comprimento mínimo de 4.630 mm; largura mínima de 1.780 mm; altura mínima de 1.455 mm; distância entre eixos mínima de 2.700 mm; capacidade do porta-malas mínima de 470 litros.* Capacidade de combustível: Tanque com capacidade mínima de 50 litros.* Airbags: Mínimo de 7 airbags(2frontais,2laterais,2decortinae1dejoelho para motorista).* Segurança: Controle de estabilidade (ESP), controle de tração (TCS), assistente de partida em rampa (HSA), sistema de monitoramento de pressão dos pneus(TPMS), cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes, encostos de cabeça para todos os assentos.* Conforto e conveniência: Ar-condicionado digital automático com climatização dual zone; Vidros elétricos nas quatro portas com função um-toque; Retrovisores externos elétricos, com rebatimento e setas integradas; Volante multifuncional com regulagem de altura e profundidade; Bancos revestidos com material premium (couro sintético ou similar), com ajuste elétrico para o banco do motorista; Computador de bordo digital com tela TFT colorida mínima de 7; Sistema de multimídia com tela sensível ao toque mínima de 9, compatível com Android Auto e Apple CarPlay, com conexão Bluetooth e entrada USB; Sistema de som com no mínimo 6 alto-falantes; Câmera de ré integrada e sensores de estacionamento traseiros.* Iluminação: Faróis dianteiros em LED com acendimento automático, luzes diurnas em LED (DRL) e lanternas traseiras em LED.* Itens adicionais obrigatórios: Chave presencial tipo smart key com partida por botão (start/stop), piloto automático adaptativo, sensor de chuva, sistema de iluminação follow-me-home, alarme antifurto com imobilizador eletrônico.Garantia: Mínimo de 3 anos, sem limite de quilometragem. Outros requisitos: * Veículo 0 km, sem uso, entregue com todos os manuais, ferramentas originais e 1 jogodechave reserva; Emplacado, licenciado e com IPVA quitado para o exercício do ano da entrega; Revisão inicial realizada conforme orientação do fabricante.	UN	1	202.666,67	202.666,67
-------	----------	---	----	---	------------	------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	<p>pneus(TPMS),cintos dessegurança de 3 pontos para todos os ocupantes, encostos de cabeça para todos os assentos.</p> <p>* Conforto e conveniência:</p> <p>Ar-condicionado digital automático com climatização dual zone;</p> <p>Vidros elétricos nas quatro portas com função um-toque;</p> <p>Retrovisores externos elétricos, com rebatimento e setas integradas;</p> <p>Volante multifuncional com regulagem de altura e profundidade;</p> <p>Bancos revestidos em material premium (couro sintético ou similar), com ajuste elétrico para o banco do motorista;</p> <p>Computador de bordo digital com tela TFT colorida mínima de 7;</p> <p>Sistema de multimídia com tela sensível ao toque mínima de 9, compatível com Android Auto e Apple CarPlay, com conexão Bluetooth e entrada USB;</p> <p>Sistema de som com no mínimo 6 alto-falantes;</p> <p>Câmera de ré integrada e sensores de estacionamento traseiros.</p> <p>* Iluminação: Faróis dianteiros com LED com acendimento automático, luzes diurnas em LED (DRL) e lanternas traseiras em LED.</p> <p>* Itens adicionais obrigatórios: Chave presencial tipo smart key com partida por botão (start/stop), piloto automático adaptativo, sensor de chuva, sistema de iluminação follow-me-home, alarme antifurto com imobilizador eletrônico.</p> <p>Garantia: Mínimo de 3 anos, sem limite de quilometragem. Outros requisitos:</p> <p>* Veículo 0 km, sem uso, entregue com todos os manuais, ferramentas originais e 1 jogodechave reserva;</p> <p>Emplacado, licenciado e com PVA quitado para o exercício do ano da entrega;</p> <p>* Revisão inicial realizada conforme orientação do fabricante.</p>					
--	--	--	--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO E TIPO PICK UP (0 KM).

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, Declara:

1 - O atendimento aos requisitos de habilitação estabelecido no Edital e seus anexos, ciente da veracidade das informações, conforme estabelecido no Art. 63 I, da Lei 14.133/2021;

2 - O cumprimento de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme estabelecido no Art. 63 II, da Lei 14.133/2021;

3 - Que a sua proposta econômica comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

4 - O conhecimento de todas as informações e condições locais para cumprimento dos serviços, objeto desta licitação, conforme estabelecido no Art. 67, VI da Lei 14.133/2021;

5 - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 (NÃO emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos)

6 - A inexistência de fatos impeditivos e/ou vedações, bem como suspensão temporária ou Declaração de impedimento ou Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

7 - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes no presente procedimento;

8 - não possuir na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

9- que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório e ainda, que a pessoa jurídica que represento, conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013.

10 - a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Águia Branca - ES, nos cargos de direção, chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.

11 - que concorda com o tratamento de seus dados pessoais, para finalidade determinada e cumprimento da legislação quanto a publicidade e transparência, pelo Município de Águia Branca - ES, doravante denominado Controlador, para que este tome decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como, para que realize o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

12 - DECLARA, sob as penas da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a se beneficiar das vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Tendo conhecimento dos art. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores impeditivas de tal habilitação. (Preencher somente quando ME e EPP)

13 - DECLARA também que os contratos que este celebrou com a administração pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme determina o art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021. (Preencher somente quando ME e EPP)

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente Declaração para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 2025.

Nome/CPF/assinatura do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025

Contrato que entre si celebram o Município de Águia Branca Estado do Espírito Santo e a empresa _____, na qualidade de contratante e contratada, respectivamente, para o fim expresso nas cláusulas que o integram.

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA**, com sede à Rua Vicente Pissinatti, 71, Centro, Águia Branca-ES, CEP: 29.795-000, Tel.: (27) 3745-1357, inscrito no CNPJ sob o nº 31.796.584/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. _____, CPF _____, RG _____, brasileiro, casada, agente político, residente em _____, doravante denominado CONTRATANTE, do outro lado a Empresa **XXXXXX**, CNPJ XXXX, INSC. ESTADUAL XXXXXX, com sede à XXXXXX, neste ato representada por seu representante legal, o Sr. XXXXXX, CPF XXXXX, RG XXXXX, brasileiro, XXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado em xxxxxxxx, doravante denominado CONTRATADA e, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada através do Processo Licitatório nº ____/2025 de ____/____/2025, Processos Administrativos nº _____, Pregão Eletrônico nº 018/2025, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, tem justo e contratado o que consta das cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

- Constitui objeto do presente instrumento o fornecimento de _____, conforme o discriminado no edital, Termo de Referência e proposta apresentada pela contratada, parte integrante do Pregão Eletrônico nº 018/2025.

PARÁGRAFO ÚNICO – A execução deste contrato obedecerá as normas e especificações que serviram de base no Edital Pregão Eletrônico nº 018/2025, as quais independentemente de transcrição, passam a integrar esse instrumento Contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - Dos Documentos Integrantes

2.1 - Fazem partes integrantes deste contrato todos os documentos e instruções que compõem o Pregão Eletrônico nº 018/2025 completando o presente contrato para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do preço e da forma de reajuste

3.1 – O valor global estimado do presente contrato é de R\$ ____(xxxx), conforme relatório de vencedores do Pregão Eletrônico nº 018/2025.

3.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, alimentação, mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.2 O valor do presente contrato é fixo e irreajustável pelo período de 12 meses, contados da data base dos orçamentos que serviram de base para esta contratação, sendo permitido o reequilíbrio econômico e financeiro, na forma da legislação vigente e regulamentações dos órgãos de controle interno e/ou externo.

3.2.1 O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 20 (vinte) dias úteis.

3.2.2 O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será de 20 (vinte) dias úteis.

3.2.2 As repactuações e reequilíbrios, se for o caso, serão realizadas por apostilamento.

3.3 Após o interregno de um ano, conforme estabelecido no subitem anterior e desde que haja a prorrogação da vigência do presente contrato e mediante pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais poderão ser reajustados, conforme aplicação, pelo **CONTRATANTE**, com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto Federal nº 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

3.3.1 O referido pedido deverá vir acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços que fundamente o reajuste, conforme for a variação de custosobjeto do reajuste.

3.3.2 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

3.3.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

3.3.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.4 5.9 Demais condições constam detalhadas no Termo de Referência – Anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUARTA – Das garantias e Condições de Pagamento

4.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

4.2 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal, sem rasuras ou emendas, que deverá ser encaminhada em nome da Prefeitura Municipal de Águia Branca - ES, com o fornecimento/prestação de serviços discriminados, após a atestação do setor competente.

4.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

4.3 - Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

4.4 – A PMAB-ES poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de inadimplemento contratual.

4.5 - O pagamento será efetuado através de depósito em conta bancária da contratada, ficando sob sua responsabilidade, informar os dados bancários bem como arcar com todas as despesas bancárias advindas da transação do deposito

4.6 - O pagamento referente ao valor da **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** somente será feito conforme determinado no item anterior, sendo expressamente vedada à empresa contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos Orçamentários

5.1 - Os recursos orçamentários destinados à execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias consignadas no orçamento para o exercício de 20 ____:

CLÁUSULA SEXTA - Do Prazo de Início e da vigência do Contrato

6.1. O prazo de vigência do contrato é ____(XXXXXXXXXX) meses (incluindo o período de garantia para assistência técnica, conforme estabelecido no item 05 do Termo de Referência), com início após a data de publicação do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da execução

7.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital de licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7.2 O prazo de entrega do equipamento será de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado mediante justificativas devidamente fundamentadas e aceitas pela Administração municipal.

7.3 - O objeto desta licitação deverá ser entregue no setor de almoxarifado e patrimônio municipal, situado na Rua Jorge Elias Hiltte, S/N - Centro – Águia Branca – ES conforme especificado nas Autorizações de Fornecimentos devidamente assinadas, acompanhado da fatura ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da Autorização de Fornecimento, conforme estabelecido no Edital, em até 30 (trinta) dias após o devido recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento. Os equipamentos deverão ser montados conforme estabelecido no Termo de Referência.

7.4 - É imprescindível que se cumpra o prazo estipulado, pois a falta de cumprimento do prazo de entrega sujeitará à contratada as sanções e multas previstas neste Edital.

CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades e Sanções

8.1. - As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no do Edital, bem como as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital e sobretudo no que estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – Da EXTINÇÃO/RESCISÃO

9.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e Termo de Referência, anexo ao Edital;

9.1.2 Amigavelmente, nos termos do art.138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

9.2 A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

9.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art.115 da Lei nº 14.133/2021.

9.4 O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

9.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.4.3 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

9.4.4 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Responsabilidade das Partes

10 CONTRATANTE e CONTRATADA obrigam-se a cumprir todas as obrigações previstas no Edital e seus anexos, sobretudo as que estão estabelecidas no Termo de Referência – anexo ao Edital.

10.1. - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 - Pagar a contratada o preço estabelecido neste instrumento.

10.1.2 - Designar servidor para acompanhar o contrato.

10.2. - Constituem obrigações da CONTRATADA:

10.2.1 - Executar o contrato nos termos aqui ajustados bem como àqueles trazidos pelo Pregão Eletrônico nº 018/2025 e, especificados na Cláusula sétima deste Contrato.

10.2.2. - Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, especialmente o FGTS e INSS, conforme estabelece a legislação vigente.

10.2.3 - Entregar a nota fiscal com a descrição completa dos produtos fornecidos, bem como, os comprovantes de quitação especificados neste contrato e/ou Edital e seus anexos, bem como na legislação vigente.

10.2.5 - Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste Contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.

10.2.6 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais ou pessoais causados pela CONTRATADA, seus empregados, ou prepostos à Contratante, ou a terceiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10.2.7 - Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, fiscais, securitárias e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato, isentando a contratante de qualquer responsabilidade.

10.2.8 - Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação na licitação do (Pregão Eletrônico nº 013/2025) (Art. 92, XVI da Lei 14.133/2021).

10.2.9 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência social e para aprendiz. (Art. 92, XVI da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Acompanhamento e da Fiscalização

11.1 - A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor/comissão previamente designado(a) pela Administração, nos termos da lei 14.133/2021, que deverá atestar definitivamente a entrega dos produtos, observadas às disposições deste Contrato.

11.2 - O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento de notificação, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1 É VEDADO À CONTRATADA:

12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 Interrromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, salvo demais casos admitidos em lei. (Art. 125 da Lei 14.133/2021)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas se principios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbe à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021, sobretudo de acordo com o artigo 176 da mencionada Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 É eleito o Foro da Comarca de Águia Branca/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Águia Branca - Espírito Santo, _____ de 2025.

Município de Águia Branca
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1º) _____

2º) _____